

CAPÍTULO III

A SUBJETIVIDADE ENTRE A REEDUCAÇÃO E A EXCLUSÃO

Com o propósito de intervir de forma inovadora no mercado de trabalho, o *Programa Aprendendo a Aprender*, mediante o Centro Experimental Público, pressupõe a abertura e institucionalização de um novo espaço no qual se pretende atender às necessidades de trabalhadores e das demandas do próprio mercado de trabalho. A concepção do que seja o novo passa necessariamente por uma compreensão do movimento atual, o que implica uma reeducação para o trabalho modificadora dos modos de pensar e atuar até então enraizados.

O propósito deste capítulo consiste em ampliar a compreensão da subjetividade dentro das novas configurações do mercado de trabalho, uma vez que essa se apresenta comumente como um valor efêmero e instrumental para se obter um emprego e para garantir a sobrevivência. Desta maneira, objetiva-se uma análise das condições que possibilitam e impedem a produção de sentidos para o indivíduo no mercado de trabalho.

Com o fito de melhor compreensão do tema a ser abordado, é necessário considerar que este cenário do mercado de trabalho se mostra para a percepção do senso comum, de forma extremamente dinâmica, acelerada, em que é possível somente detectar comportamentos e atitudes observáveis. A subjetividade a ser constatada pelas políticas públicas não pode se submeter a este ritmo alucinante de reeducação rápida e troca de empregos, ou ausência destes, sob pena de simplificar e quantificar, de maneira bastante simplória, o que seja subjetividade.

É necessário, ao olhar para a subjetividade, procurar o espaço daquilo que faz sentido para o indivíduo, verificar seus conflitos, ansiedades e possibilidades de continuidade de vida. Há necessidade de olhar para este espaço da subjetividade no mercado de trabalho com "câmera lenta", pois aquilo que pode ser uma simples troca de emprego, ou uma reeducação para uma atividade nova, pode, e freqüentemente traz vivências que naquele momento de passagem do usuário pelo Centro Experimental são cruciais para desenvolvimento do indivíduo. Caso esta captação não ocorra, a necessidade de busca do trabalho se mantém de forma naturalizada, ou seja, fica automatizada como uma segunda natureza.

Assim, uma "simples" troca de emprego pode ocultar uma série de vivências degenerativas que o trabalhador teve que suportar e que, em determinadas circunstâncias, só espera o momento para que os impulsos destrutivos possam vir à tona, ou se fazer sentir. O ato de troca de emprego, como um alívio para o trabalhador, pode perfeitamente seguir no caminho da degeneração anterior, no qual sua subjetividade já se adaptou e prossegue em tal estado com graves conseqüências. Não se trata de somente arrumar outro emprego, embora isto seja essencial. O olhar apressado para este fato é um olhar também ideológico, pois envolve a apreensão de traços e características estereotipadas que acompanha um individualismo em que as questões de ética e cidadania não penetram e muito menos se desenvolvem.

Nesta esteira, o mercado de trabalho no Brasil, e mais precisamente na Cidade de São Paulo se atrela, além da dinâmica descrita, à racionalidade da herança escravagista, na qual as relações de compra e venda do trabalho parecem estar claras quanto ao valor de troca, pelo preço ofertado, mas confusas enquanto relações de trabalho, conforme visto no capítulo I. No entanto, da mesma forma que nos países desenvolvidos, apresenta modos de sobrevivência e alta competitividade, o que acarreta grandes conseqüências no âmbito do sofrimento psíquico, haja vista a falta de retaguarda para o indivíduo no Brasil, que não possui uma rede de proteção social. A necessidade que o Centro Experimental Público tem em reeducar o trabalhador compreende uma ambigüidade básica para a afetividade humana, envolvendo desde a expectativa de uma vida futura, em se livrar das conseqüências danosas que compreende a ausência de emprego. Lidar com os sentidos referentes à obtenção, ou ausência de emprego é de grande importância para a intervenção

das políticas públicas, pois a subjetividade voltada unicamente para este espírito competitivo e de sobrevivência desenvolve, no indivíduo e grupos sociais que pertencem a ele, formas de consciência estereotipadas, preconceituosas e imediatistas. Significados que remetam a estigmas, preconceitos e status são fundamentais para este estudo da relação entre mercado de trabalho e subjetividade, atentando para evitar a ocorrência de dois erros básicos:

1. a sociologização da subjetividade que pode vir amparada exclusivamente em categorias como força de trabalho, ou classe social, o que remete a uma síntese apressada e de certa forma abstrata em relação à vida concreta do indivíduo. Esta fica empobrecida, pois desprovida de sua grande complexidade dá margem a um relacionamento imediatista com o mundo, no sentido de um ajuste com essas categorias sociais, o que o positiviza e o naturaliza como objeto de estudo. Cabe ressaltar que a relação do indivíduo com a ética e cidadania remete a um sujeito agente e atuante, contrariando a imposição de categorias apriorísticas de interpretação de sua conduta;
2. a psicologização da sociedade e do mercado de trabalho, na qual o indivíduo obedece a critérios exclusivamente abstratos em sua conduta perante o mundo. Esta postura obscurece a complexidade do funcionamento político do Estado e das categorias sociológicas como trabalho e sociedade, tornando-a um conceito também abstrato. A ação das políticas públicas se dá no contexto de uma conjuntura concreta de reestruturação produtiva e desemprego crescente da mão-de-obra, dentro de uma situação que exige grande esforço e criatividade humana.

A relação entre indivíduo e sociedade, ou mais propriamente, entre indivíduo e mercado de trabalho, tal como a estamos estudando não pretende chegar a sínteses, ou conclusões definitivas, mas sim propiciar um avanço nessa discussão em que as inter-relações de subjetividade e sociedade podem se articular sem reducionismos psicológicos, ou sociológicos.

3.1 A Subjetividade Perante o Mercado de Trabalho

As grandes modificações no mundo do trabalho que se vivem atualmente e que são o fator fundamental de intervenção do *Programa Aprendendo a Aprender* se dão de maneira clara e evidente no chamado mercado formal relativo ao emprego. As inovações tecnológicas, a organização flexível das empresas em sistema de rede e grande dispensa de mão-de-obra constituem características próprias deste tipo de mercado. Em que pese a necessidade urgente, detectada e trabalhada pelo *Programa*, de reciclar a mão-de-obra para outras concepções de trabalho que não o exclusivamente formal, é ainda neste que a preocupação dos usuários que foram entrevistados tem sua maior incidência.

A relação entre a subjetividade com este mercado de trabalho caracteriza-se por uma heterogeneidade de situações nas quais subsiste "a distribuição desigual dos riscos do mercado de trabalho entre grupos específicos diferentes". (Offe, 1995: 21). Ao se analisar a categoria força de trabalho e atentar para as diferenças entre vários grupos, verifica-se, de uma maneira geral, que o desemprego vai recair com muito maior intensidade exatamente sobre aquelas categorias de trabalhadores que possuem pouca mobilização para influenciar politicamente as decisões governamentais.

Uma outra condição é a de que a reestruturação produtiva aumenta ainda mais a desvantagem da oferta de mão-de-obra em relação à demanda pelas empresas, uma vez que as inovações tecnológicas e organizacionais são implementadas mais rapidamente do que a própria possibilidade de organização da mão-de-obra em organizar-se e capacitar-se. Os grupos de trabalhadores que têm maior poder de organização tendem a se garantir em relação ao emprego e, no sentido de manter sua sobrevivência, atuam preconceituosamente, podendo referir-se aos grupos em processo de exclusão, como um "grupo problema", ou então "desqualificado". Esta desvantagem que a mão-de-obra possui em relação ao mercado de trabalho em uma correlação de forças que torna a oferta desta sempre em desvantagem com a demanda denota como o componente subjetivo se inclui de forma passiva e instrumental, no processo de inserção.

Este processo de reestruturação produtiva, ao provocar excedente de mão-de-obra desempregada, incide no processo que mais vincula o indivíduo à realidade e à comunidade humana que é o trabalho¹⁴ (Freud, 1978: 144). Como base que fornece a sustentação para um projeto de vida, o trabalho para Freud é prioritário para que o sujeito possa empreender a busca pela felicidade, considerada como o fundamento mais importante da vida humana em sociedade. A impossibilidade do trabalho leva o indivíduo a manter vínculos sociais fragilizados, o que para nossos propósitos de pesquisa implica questão da exclusão social.

Por si só, a autonomia sem freios do sistema produtivo que determina o mercado de trabalho pode levar então, pela sua lógica, dentro de um antagonismo da razão e também de uma condição humana, à promoção da exclusão social pela abolição gradativa do emprego em que o parâmetro existencial do trabalho deixa de responder à sua busca pelo indivíduo no mercado. Se for no trabalho que a ordenação da subjetividade se baseia para buscar seus anseios de realização, a ausência dessa base civilizatória leva ao sofrimento, ou ao evitamento deste por outras formas que não necessariamente aquelas que estão dentro de uma construção da cultura. Neste caso, a alternativa envolveria a quebra de vínculos essenciais e colocaria o indivíduo em busca de soluções imediatistas, como o alcoolismo e a criminalidade, por exemplo, sem falar de formas de adoecimento aceitas socialmente, explicadas em função da ausência de trabalho, como aposentadoria precoce, ou por invalidez e no nosso caso na aceitação da própria exclusão social.

Esta situação é problematizada na pesquisa em relação às questões de n. 7 a 13 que são pertinentes à intervenção do Programa, sendo bastante relevante a questão n. 11 que se refere aos momentos de dificuldade que o usuário passou em relação ao mercado de trabalho, desemprego, ou baixa renda. A interferência neste ponto pelo Programa é de fundamental importância na medida em que deve propor uma formação que capacite os usuários a buscar de imediato um emprego que garanta seu projeto de vida, bem como em procurar formas alternativas de trabalho que possam ser empreendidas pelos próprios usuários.

¹⁴ Freud não faz qualquer distinção entre trabalho e labor como o faz Hannah Arendt, mas entre trabalho necessário e trabalho sublimado que tem na arte o seu ponto central. In *"Mal-estar na Civilização"*. Coleção "Os Pensadores". São Paulo, Abril Cultural, 1978.

A ação política do Programa tem, como propósito, providenciar, no campo da subjetividade, uma forma alternativa que possa neutralizar a desvantagem que a mão-de-obra possui em relação ao mercado de trabalho formal, ressaltando a importância do trabalho como elemento que deve ser levado a uma elaboração e criação humana, saindo do âmbito do labor e das implicações que este tem em relação a sua adaptabilidade à uma situação de emprego. No entanto, o impacto sobre a subjetividade no que se refere a esta ação política ainda não se faz totalmente, pois, apesar de provocar um efeito no usuário por ocasião de sua passagem no Centro Experimental, a sustentação política que deveria estar na comunidade ainda não surge na efetividade. A família surge como praticamente o único refúgio em situações que ameaçam o indivíduo em sua relação com a ausência de trabalho, ou então de renda insuficiente (questão 11-A).

Um outro aspecto que denota a assimetria da mão-de-obra em relação ao mercado de trabalho é o fato de que os compradores da força de trabalho poderem se tornar independentes da oferta mais facilmente do que esta daquela. (Offe, 1995: 29). O processo de automação e reordenação produtiva proporciona que a subjetividade seja cada vez menos relevante para operar o ciclo de trabalho de que necessita. As inovações tecnológicas poupadoras de mão-de-obra exigem cada vez menos, uma subjetividade complexa para a sua operatividade, implicando tanto em redução da oferta de mão-de-obra, quanto na diminuição de rendimentos do próprio trabalhador que deve adaptar-se a outros modos de ganhar a vida. Esta situação é detectada pela pesquisa, quando 80% dos desempregados afirmam que o *Programa* preparou o suficiente, mas que não há emprego no mercado de trabalho.

Por outro lado, há que considerar que o “amadurecimento” subjetivo não se dá de forma imediata, nem muito menos acompanha a velocidade da reestruturação produtiva. Sobre os esforços realizados para adaptar a subjetividade ao ritmo vertiginoso das inovações tecnológicas, cabe assinalar que o desenvolvimento civilizatório não é sinônimo de aperfeiçoamento pré-ordenado (Freud, 1978: 156). Uma ação que promove o “aprendendo a aprender”, que possui uma concepção de trabalho que deve ser desenvolvida e atrelada aos princípios de ética e cidadania, propõe-se a desencadear uma ação política que assegure, aos seus usuários, os processos de vida, o ganha-pão e um mínimo de felicidade (Arendt, 1999: 45).

O desenvolvimento da subjetividade acompanha o processo político de participação da comunidade, exigindo uma outra dimensão de tempo para que seja avaliado. Sem um passado e tradição participativa, o fomento de novas formas de inserção social só será possível após a experiência do sujeito em processos que realmente gerem novas formas de organização do trabalho e o desfrute da cidadania. Se a pesquisa realizada por nós denota que, após três anos da passagem dos usuários pelo Centro Experimental, não se percebe ainda um efeito da comunidade que vá além dos cursos realizados, cabe destacar que o acompanhamento do indivíduo após um período de tempo é de fundamental importância, no sentido de verificar quais são seus pontos de apoio, motivações e pontos de ruptura.

Além do mercado de trabalho, há necessidade de regulação dos relacionamentos sociais que permeiam a atividade humana. O processo de socialização proveniente de instituições sociais, como a família, escola, etc., devem oferecer plenas condições para que se fortaleça o sentimento de pertinência do sujeito, bem como parâmetros para o desenvolvimento de sua consciência. A ausência, ou fraqueza destas mesmas instituições sociais na formação e desenvolvimento da personalidade, dificultam o próprio processo de formação profissional na base afetiva, que seria a determinação a agir e a integrar-se de novas formas, possibilitando a mudança de valores em relação ao modo, como é concebido o trabalho.

O desenvolvimento urbano da Cidade de São Paulo pode exemplificar esta situação, sendo importante notar que a dimensão da violência joga como pano de fundo nesta situação. Esta pode ser avaliada também como a violência da ruptura dos laços sociais, quanto à própria situação de marginalização. Neste sentido, a violência, seguida do próprio desemprego, surge como fator primordial que dificulta a situação de vida entre os usuários do Centro Experimental (questão 16). Um outro fator de análise para este fato é a discriminação que o indivíduo pode sofrer, tanto de grupos de trabalhadores mais organizados e especializados, quanto de diversificação, o que colabora para a existência de uma miséria subjetiva. O ser humano, fragilizado, submete-se às condições precárias e imediatas de trabalho com a subjetividade deixada cada vez mais à mercê da produção, ou seja, mais ordenada ao princípio do labor.

Cabe ressaltar que a extração do valor de uso da força de trabalho não está vinculada a contratos preestabelecidos, como é o caso das características de desempenho de uma máquina, mas sim à disposição do trabalhador em trabalhar (Offe, 1995: 35). Aqui a subjetividade passa a ser ordenada dentro de uma racionalidade que obedece a processos de tempo e de tarefas específicas que vão regular a atividade do trabalhador. Esta ordenação implica a sobreposição do labor sobre o trabalho, utilizando o referencial de Hannah Arendt, que afirma que o que é comprado e vendido no mercado de trabalho não é a qualificação individual, mas sim o labor, a força de trabalho, "*da qual todo ser humano deve possuir aproximadamente a mesma quantidade*" (1989: 101).

Se há uma sobreposição do labor ao trabalho, como neste caso, a representação subjetiva do trabalho pelo trabalhador passa a ser identificada mais com a sua disposição e possibilidade de adequação ao ritmo da rotina, do que propriamente com suas habilidades. Este hibridismo entre labor e trabalho, com a supremacia do primeiro sobre o segundo pode ser bastante referenciado na sociedade brasileira. A concepção do que seja o trabalhador livre é empregada de forma confusa, tanto por este, quanto outros, conforme Fernandes no capítulo I. Neste sentido, a adequação do "trabalhador" ao processo de modernização na sociedade brasileira segue a racionalidade escravagista, adequando novas habilidades de trabalho ao ritmo e imposição da velha ordem. É o trabalho sendo submetido à organização e racionalidade da velha ordem.

A pesquisa realizada com os usuários do Centro Público revela uma disposição em aceitar o emprego mesmo na forma de labor, como é o caso de 80% dos desempregados (questão 13). Perguntados se acham que o Programa ajudou a arrumar emprego (questão 12), 61% dos empregados disseram que sim. A expectativa dos usuários é mais voltada ao emprego do que propriamente ao desenvolvimento da concepção de trabalho, mas em que pese a reprodução da ordem escravista baseada no labor, é importante frisar que, no campo da subjetividade, o maior sofrimento pertinente a esta situação nos países em desenvolvimento não é a exploração capitalista, mas sim a falta dela (Kurz, 1992: 194) A preponderância do labor é mantida neste caso, mas em que pese os processos de exclusão social, o *Programa* não incide em falta em relação seus propósitos de combater a própria exclusão em um cenário adverso, como é o caso

da Zona Leste de São Paulo onde foi realizada a pesquisa com os usuários do Centro Público Experimental de Vila Formosa.

3.2 Centro Experimental Público de Vila Formosa e Realização da Pesquisa

Para a concretização do Projeto do Centro Experimental Público na Cidade de São Paulo, foi escolhido o Bairro de Vila Formosa, situado na Zona Leste, uma vez que apresentava as condições propícias para esta realização, pois possuía um contingente populacional em condições econômico-financeiras menos favorecidas.

Situado em um prédio cedido pela Secretaria Estadual de Educação, abrange um raio de atuação que compreende os bairros compondo a Regional da Mooca, conforme mostra a tabela a seguir:

Distribuição de domicílios e habitantes na regional Mooca em números absolutos

DISTRITO	DOMICÍLIOS	HABITANTES	ÁREA(km ²)
Moóca	22.750	71.999	7,70
Tatuapé	25.471	81.840	8,20
Belém	16.229	49.697	6,00
Aricanduva	24.600	96.512	6,60
Vila Formosa	27.173	97.940	7,40
Água Rasa	27.805	95.099	6,90
Carrão	24.832	87.336	7,50
Sapopemba	63.541	257.617	13,50
São Lucas	41.624	152.036	13,00
São Mateus	37.155	150.764	7,50
Região Total	311.18	1.140.840	84,30
Município SP	2.630.138	9.646.185	1.509

Fonte: Caderno da SERT: Centro Experimental Público de Formação Profissional de Vila Formosa: Aprendendo a Aprender com a Comunidade. São Paulo, 2000, p.11.

A análise da região foi realizada pelo Projeto Observatório, e apresentava três aspectos relevantes sobre a população: alta concentração de pessoas com baixa renda, precariedade na escolaridade do chefe da família e grande número de pessoas idosas. Os dados coletados na região pelo Posto de Atendimento ao Trabalhador (PAT/SERT) indicavam que a população de desempregados que buscava nova oportunidade de trabalho era majoritariamente formada por jovens na faixa de até vinte e cinco anos de idade. Com base nestes dados, pôde-se afirmar que quatro em dez pessoas residentes na Zona Leste de São Paulo tinham naquele momento até vinte cinco anos, sendo que a metade cursara o Ensino Fundamental e 21% desta população, atendida no FAT/SERT, procurava o primeiro emprego.

Na pesquisa, realizada para o desenvolvimento desta tese, foram entrevistados os usuários do Centro Experimental Público de Vila Formosa, que forneceu sessenta e cinco nomes que terminaram os cursos e encontrados apenas treze, com jovens na média de vinte e um anos de idade. A distribuição desta população em relação aos cursos se dá da seguinte maneira:

Quadro demonstrativo dos alunos matriculados e dos que concluíram os cursos pesquisados

CURSO	ANO	ALUNOS MATRIC.	ALUNOS TERMIN.
Preparação para o Mundo do Trabalho Informatizado	2º sem./97	82	18
Manutenção Predial – Pequenos Reparos	2º sem./98	38	7
Suporte Técnico em Informática	2º sem./98	45	20
Construção Civil	2º sem./99	56	20

Fonte: Pesquisa do autor, 2001.

As dificuldades encontradas para encontrar os ex-alunos foram, de uma maneira geral, a localização dos endereços e das pessoas. Para os cursos de Manutenção Predial e Construção Civil, após um mês de tentativa, não foi possível localizar nenhuma pessoa, quer seja pela inexistência do endereço fornecido, quer

seja pelo fato da pessoa não residir no local. Em casos que a pessoa residia no local, mas não se encontrava, foi pedido que entrasse em contato com o pesquisador, fato que não ocorreu. Em alguns casos, foi feito o retorno à residência do ex-aluno, mas estes não se encontravam. Após o tempo estipulado de dois meses para a coleta de dados, encerrou-se a procura de ex-alunos para serem entrevistados. A data da coleta de dados ocorreu nos meses de outubro/novembro de 2000.

Esta mesma situação aconteceu com os ex-alunos dos cursos de Preparação para o Mundo do Trabalho Informatizado e Suporte Técnico de Informática, mas com um diferencial significativo. Os sujeitos entrevistados moravam no local há mais de cinco anos, e tinham telefone, o que não só facilitou o contato, mas também revelou que pertenciam a uma classe média que os diferenciava dos demais sujeitos dos outros dois cursos. A característica e conteúdo dos cursos também são relevantes por se enquadrarem mais na área de serviços do que na área de execução da construção civil. Neste sentido só foram encontrados jovens com a idade média de vinte e um anos.

A difícil localização dos ex-alunos também deve-se às características da Cidade de São Paulo, e se torna um dos grandes desafios das políticas públicas voltadas para o setor de emprego, principalmente quando se refere à avaliação desta, ou seja, o seu enraizamento. Em uma análise da estética da Cidade de São Paulo, Miguel Chaia afirma que cada grupo social, ou cada morador, experimenta a cidade de um modo específico, uma vez que

“se desenvolveu sem coordenação criadora e sem racionalidade norteadora, esparramando-se na topografia de vales e colinas em função dos interesses econômicos, da ocupação passageira ou de preferências diversas, porém menos nobres do que aquelas que permitissem a racional e efetiva fixação do homem no meio ambiente” (1991:63).

Ao não completar a interação entre homem e meio ambiente, a cidade se torna um espaço voltado quase que exclusivamente para se atingir interesses

imediatos, principalmente aos migrantes que vem em busca de uma situação melhor daquelas que viveram em seus locais de nascença. Estes vêm à procura de trabalho propiciado pela industrialização que propicia a criação de novos espaços urbanos com grande número de edificações. Dessa maneira, *“aumenta também, a importância do setor de construção civil, impulsionando a Cidade para cima. Além do avanço horizontal, que vem desde a sua condição de vila, São Paulo experimenta, com o dinamismo industrial, também o crescimento vertical”* (1991: 64).

Este fator de crescimento vertiginoso e imediatista se alia às necessidades também imediatas de trabalhadores que provêm de migrações, a exemplo do caso majoritário da população do setor de Construção Civil e similares, que a própria pesquisa desta tese detecta. O não enraizamento e a existência condições precárias desta população a predispõe a estarem sempre em contínuo movimento, atrás de obras para suprir suas necessidades básicas de sobrevivência. Neste sentido, a ação das políticas públicas possui enorme dificuldade em atingir seus propósitos de reeducação, uma vez que não se tem o sujeito para avaliação de seus propósitos. Ligada à racionalidade escravagista, a própria Cidade não se desenvolve em planos de uma racionalidade moderna, e sem uma dimensão conseqüente voltada à dimensão da cidadania, proporciona que os migrantes se lancem à “nova terra” de forma voraz e individualista. A “confusão” sobre a condição moderna e autônoma do indivíduo trabalhador, analisada por Florestan Fernandes, transparece nesta situação. Isto vai dificultar sobremaneira o desenvolvimento das condições participativas dentro de um âmbito democrático.

Para o Centro Experimental Público, fica um desafio de enfrentar uma situação que tem raízes seculares, havendo a necessidade de trabalhar junto a outras instituições com o intuito de tentar elaborar uma dimensão racional, que seria a possibilidade do acompanhamento desta população em questão.

Em relação aos sujeitos pesquisados e seus respectivos cursos, a possibilidade de acompanhamento é mais evidente, sendo analisada da seguinte maneira:

O Curso *Preparação para o Mundo do Trabalho Informatizado* foi destinado aos adolescentes e jovens adultos residentes na Zona Leste e Grande Leste da

cidade de São Paulo, abrangendo pessoas entre quinze e vinte e quatro anos de idade. O curso foi dividido “entre o período matutino e vespertino, destinado a adolescentes entre catorze e dezessete anos que estivessem freqüentando a escola pública ou particular, em cursos regulares, a partir da 7^a. série do Ensino Fundamental, sem experiência no mercado formal de trabalho e provenientes de família de baixa renda (quatro salários mínimos).” O período noturno contou com jovens adultos, com idade entre dezoito e vinte e cinco anos, também de ambos os sexos, e caracterizou-se pela clientela estar fora da escola e já possuir experiência no mercado formal de trabalho (SERT, 1998: 7). O percentual de sujeitos da pesquisa que realizaram este curso é de 55% (n = 7).

Os objetivos deste curso estão voltados para a capacitação no setor de informática, no ramo de serviços, ao desenvolvimento de competências técnicas que permitam a inserção no mundo do trabalho atual, a habilitação para a inserção exigidas por postos, profissões, ou trabalho em uma ou mais áreas correlatas, e a capacitação para gerir seus próprios negócios (SERT, 1998: 6). Este curso foi desenvolvido em parceria com o Centro Estadual de Educação e Tecnológica Paula Souza, que conta em sua estrutura com Faculdades de Tecnologia e Escolas Técnicas Industriais e Agrícolas (SERT, 1998: 4).

Os alunos que realizaram este curso assinalaram na pesquisa, questão 9, que o *Programa* forneceu a 43% (n = 3) como trabalhar em uma nova profissão, a outros 43% noções básicas de informática para dar maior sustentação ao emprego atual, e a 14% (n = 1) novas formas e ensinamentos de como realizar o trabalho que vinha desenvolvendo. “É um curso que segue uma tendência geral da concepção de emprego, tal como o coloca Bouffartigue, e que é ‘adaptado’ também às condições de trabalho femininas, uma vez que se trata de atualização do emprego sob processo rotineiro”. Embora não se justifique ter encontrado toda a população de mulheres neste curso, é importante atentar para este detalhe do trabalho feminino, que será melhor discutido no item Gênero e Sexo no capítulo IV.

O Curso *Suporte Técnico em Informática* é uma continuidade do curso anterior e tem como objetivo específico “desenvolver, no jovem e adulto, capacidades que permitam prestar serviços de manutenção de microcomputador, montagem, a partir de peças ou componentes, bem como sua comercialização,

individual, cooperativamente ou como participante de empresas do ramo" (SERT, 1998: 16). Em relação às Habilidades Básicas e de Gestão, o curso envolve a capacitação de jovens para *"articular os inúmeros saberes ante os desafios encontrados no mundo do trabalho e superar o 'saber-fazer' pelo 'saber-ser'."* Deve propiciar que o aluno saiba

"identificar tendências, limites, problemas, soluções e condições existentes; saber associar, discernir, analisar e julgar dados e informações, usando raciocínio ágil, abstrato e lógico; saber lidar com situações diferenciadas, aproveitando conhecimentos extraídos e transferidos de outras experiências, demonstrando predisposição para o trabalho grupal, dispondo de recursos de comunicação oral, escrita, visual, de forma a se mostrar em condições de mobilidade, flexibilidade e adaptação às mudanças" (SERT, 1998: 17).

A parceria para a implementação deste curso foi composta pelo Centro de Profissionalização do Adolescente – CPA, o Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Estado de São Paulo – SEBRAE, o Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial – SENAC, e a Cooperativa de Trabalho de Profissionais de Processamento de Dados e Informática Ltda. – COOPERDATA.

A característica da "clientela" é, em sua maioria, "trabalhadores com baixa escolaridade, fatigados pelo (des) emprego, renda familiar baixíssima e naturalmente excluídos do atual sistema produtivo e da sociedade". Com o propósito de reinserção social, o curso não se refere *"àquela produção castradora do imaginário humano, tecnicista e repetitiva, mas para uma produção integrada à capacidade intelectual do trabalhador"* (SERT, 1998: 17). A população deste curso representa 46% (n = 6) dos sujeitos entrevistados pela pesquisa, e todos são do sexo masculino. Para estes, o curso propiciou (questão 9), em 50 % (n = 3), novas formas e ensinamentos de como realizar o trabalho que vinham desenvolvendo; para 33% (n = 2) implicou como trabalhar em uma nova profissão, e para 16,5% (n = 1) foi importante adquirir conhecimentos. Para o primeiro caso, referente a novas formas de realizar o trabalho, é importante ressaltar que foi pelo sindicato que os alunos tomaram

conhecimento do curso, o que demonstra uma certa presença deste na atuação do Centro Experimental. De toda esta população, 68% (n = 4) se encontram trabalhando, sendo que um se situa como sendo do lar/estudante e o outro desempregado.

Embora o curso de *Suporte Técnico em Informática* seja uma continuidade do curso *Preparação para o Mundo do Trabalho Informatizado*, nenhum dos que terminaram o primeiro curso fizeram o segundo e vice-versa. Todo este processo, de dificuldade de dar continuidade e mesmo de encontrar os sujeitos, pode ser creditado à predominância da racionalidade existente na Cidade de São Paulo, sobre a qual o Centro Experimental ainda não se impõe. A relação com a população mais necessitada ainda se alicerça no contexto imediatista de conseguir emprego a todo custo, contribuindo o procedimento dos usuários para com o Estado, de que seja o grande provedor e solucionador de problemas. A dispersão dos sujeitos, encontrada na pesquisa, demonstra que a ação política não foi suficiente para vincular os usuários ao Centro Público Experimental e aos respectivos parceiros; segundo Vânia Gomes, fazendo uma comparação com o Centro Experimental de Tupã, onde os empregados pelo curso são em torno de 80%, o empresariado “*é multinacional, é um empresariado com a cabeça diferente, mais desunido, mais preocupado com novas tecnologias e que não é o de Tupã, em Tupã normalmente são empresas familiares que cresceram*”. (anexo, pergunta 9) A dificuldade de vinculação dos usuários com os propósitos do Centro Experimental Público, que envolve o acompanhamento constitui um grande desafio a ser enfrentado, pois há um impacto nos usuários; 100% acha que foi uma boa iniciativa do Governo ter providenciado a criação deste. No entanto, sem que se tenha um acompanhamento futuro, das conseqüências da ação, fica impossibilitada uma atuação política de maior abrangência dentro de um cenário cada vez mais complexo. Um ponto elucidativo referente a esta questão, e que seria do âmbito das políticas públicas, é a frase da mesma Vânia Gomes respondendo “*necessário trabalhar melhor toda essa concepção de parceria, que é uma coisa muito nova no Brasil e as pessoas não sabem o que é trabalhar em parceria*” (anexo, pergunta 10).

3.2 A Dinâmica do Mercado de Trabalho

Para uma melhor análise sobre o funcionamento do mercado de trabalho, estaremos utilizando a classificação feita por Claus Offe¹⁵, que estabelece quatro categorias básicas em que se divide a população ou condições de mercado.

A primeira é formada por pessoas que adquirem os meios para sua subsistência mediante direitos legais à sua manutenção. Donas de casa e estudantes compõem esta categoria. Não são reguladas por contratos de trabalho, mas por meio de direitos e obrigações em função do *status*.

Os jovens, como uma parcela da população, constituem fator de suma importância, na medida em que a não integração destes no mercado de trabalho tem incidido não somente no processo de exclusão social, mas dentro deste, no aumento da criminalidade, o que contribui para a deterioração do tecido social. São alvos específicos do *Programa Aprendendo a Aprender* e, conseqüentemente, fonte de atenção dos técnicos implementadores. Cabe ressaltar que a totalidade da amostra pesquisada é composta por jovens com média de vinte e um anos.

Nas entrevistas realizadas com estes técnicos, verifica-se que, em função da ausência de emprego e trabalho, o jovem pode aproximar da marginalidade e drogadição, cabendo, ao Programa, possibilitar uma formação profissional que o inclua socialmente (Ricca; anexo, pergunta 6). O desestímulo com a escola e preocupação com o ensino são ocasionados também pela falta de participação nos projetos sociais (Venco, pergunta 3). Para Hugo Capucci (anexo, pergunta 7) o modelo tradicional de Ensino Médio não estimula o jovem a se voltar ao emprego, pois não é apropriado para uma formação voltada ao trabalho.

Ao se analisar estas considerações, verifica-se em contrapartida a reação dos jovens perante a situação, um quase desconhecimento de suas potencialidades e de uma intervenção mais apropriada nesta questão. Se a participação em projetos sociais modifica-lhe a estima e os leva a se integrarem socialmente, isto por si só, desmente uma visão estereotipada e preconceituosa sobre o que seja o jovem, que

¹⁵ A Economia Política do Mercado de Trabalho. In *Capitalismo Desorganizado*. São Paulo, Brasiliense, 1995.

não se interessam pelo trabalho, além de serem exclusivamente inquietos e oscilantes.

Se as experiências com os jovens relatadas pelos técnicos do Programa possibilitam uma outra visão, a da participação e a da aprendizagem, a pesquisa realizada por nós também aponta nesta direção, uma vez que ao aprovarem em 100% a iniciativa de abertura do Programa, revelaram um grande interesse em responder à pesquisa em que pese críticas aos resultados feitos por eles mesmos.

No âmbito do cenário promovido pela reestruturação produtiva, considerando-se a partir da década de 90, indica-se que houve uma redução no emprego assalariado para os jovens em torno de 22,8%. Isto implica que vem deparando-se e assumindo novas formas de emprego, como o autônomo, por exemplo, mas que a situação ocupacional pode tornar-se mais frágil (Pochmann, 2000: 36). Esta situação não significa que o acúmulo das mais variadas experiências um mercado de trabalho hipercompetitivo implique necessariamente em amadurecimento do jovem para o mercado de trabalho, mas sim, que a vivência perante esta dinâmica, provoque um impedimento de uma estabilidade necessária para seu desenvolvimento.

Ao ter seu início profissional "flexibilizado", pode nestes primeiros momentos possuir a capacidade de aprendizagem comprometida, uma vez que a sobrevivência no mercado de trabalho envolve uma relação em que estes processos de desenvolvimento da subjetividade ficam atrelados ao imediato. Considerando-se que é necessário tempo suficiente para se atingir o processo de maturação para a vida adulta, como espaço de vida e lazer, a instabilidade do mercado de trabalho proveniente da redução do emprego assalariado e da precarização do trabalho autônomo, sem que seja reconhecido qualquer desfrute de benefício social, coloca-o frente a uma situação de crescentes dificuldades. Estas estariam no âmbito do *"aumento da violência e mortes por homicídios e suicídios, a degradação de sua sexualidade com o maior risco da Aids e o maior tempo de analfabetismo, não mais somente o de língua portuguesa, mas, principalmente, o do desconhecimento das inovações tecnológicas e informacionais"* (Pochmann, 2000: 82).

Em relação à pesquisa que realizamos, 23% se encontram ainda vivendo no lar, 23% estão desempregados e 31% são empregados com contrato regular,

considerando este último item de emprego que mais 24% estão trabalhando de outra forma como autônomo, sem contrato regular, ou em período de experiência, o que perfaz um total de 55% de empregados. Contrastando com resposta sobre a situação anterior à experiência no Programa (pergunta n. 3), nos quais 46% eram do lar/estudante e 31% desempregados e apenas 23% eram empregados sem contrato regular, pode-se concluir que este perfil de jovem se encontra dentro de uma faixa de renda na qual a família tem condições de mantê-los, pois 100% ainda moram com os pais. Mesmo assim, a mudança de 23% de empregados sem contrato regular para 54% de empregados, durante um tempo médio de dois anos (1998-2000), revela uma lentidão na absorção desta mão-de-obra, se considerar que 84% estavam necessitando de emprego antes de procurar o *Programa Aprendendo a Aprender*, e que 31% são empregados com contrato regular.

Em relação aos aspectos afetivos da subjetividade, 85% revelaram que passaram por momentos de dificuldade em relação ao mercado de trabalho (questão 11); a família deu suporte a 85% destes, o que demonstra que, apesar de terem família, o processo de maturação é extremamente sensível e pode sofrer abalos significativos se consideramos que 63% deles declararam ter algum tipo de consequência em relação à sua saúde, como isolamento dos amigos e família, bem como conflitos com esta última (questão 11-B).

O processo de busca de autonomia e desenvolvimento, como necessidade subjetiva que leva a fornecer sentido para a vida do jovem, não é algo quantificável somente pela racionalidade de mercado que o qualifica, ou o contabiliza como dado estatístico, mas que esta maturação se situa dentro de processos bio-psíquico-sociais que obedecem a uma dimensão qualitativa. Não se trata obviamente de propor que as políticas públicas atuem no sentido de garantir um determinado emprego que sustente o tempo de um amadurecimento seguro para o jovem, mas sim de assegurar que este processo possa se vincular à comunidade, dentro de um espaço em que novos sentidos possam estar sendo produzidos concomitantemente à sua qualificação. É fundamental que o processo de amadurecimento possibilite manter perspectivas de projeto de vida e relacionamentos mais duradouros, o que a própria educação para o trabalho, como um fator que necessariamente exige um descentramento e orientação em relação ao mundo pode colaborar.

Um outro aspecto em relação ao jovem a ser considerado é relativo ao menor no mercado de trabalho. Este geralmente é proveniente de famílias de baixa renda que tem sua sobrevivência ameaçada pela disposição da estrutura social brasileira. Desta forma, "*o trabalho do menor pode tornar-se imprescindível ao aumento da renda familiar, mesmo que seja em detrimento de sua formação escolar*" (Chaia, 1987: 9). Ora, assim como foi citada a necessidade de um espaço vital para o amadurecimento do jovem, é importante frisar que a formação escolar não implica somente desenvolvimento cognitivo. Este, para se desenvolver, ampara-se em bases pulsionais, ou emocionais, que o predispõem à aprendizagem. A necessidade de sobrevivência enfrentada por este jovem implica trabalho em condições de grande exploração, conforme pesquisa realizada por Miguel Chaia sobre o menor no mercado de trabalho na Grande São Paulo, realizada em 1987.

Dentro de uma faixa etária de 10 a 17 anos, eles representavam 11% da População Economicamente Ativa com condições de trabalho bastante precárias que compreende desde uma baixa remuneração, servindo mais de complemento à também precária situação familiar, quanto a jornada de trabalho que é extensa (1987: 14). Este menor e sua família não pertencem a um setor estruturado da força de trabalho, o que implica que o seu alcance pelas políticas públicas fica muito limitado, uma vez que os setores mais organizados de trabalhadores e representantes sociais possuem acesso mais facilitado a estas, por comporem as comissões multipartites de elaboração dessas políticas públicas.

Alcançar esta população é um desafio para avaliar a participação democrática das políticas públicas uma vez que o atendimento a uma população assim dispersa, pode implicar rupturas com o corporativismo organizacional dos setores sociais que participam das políticas públicas, e um enraizamento mais forte e consistente na sociedade como um todo. É uma ação que vai além da organização burocrática e que pode ser um parâmetro de avaliação dessas mesmas políticas públicas em sua forma qualitativa.

A segunda categoria populacional do mercado de trabalho é referente àqueles que buscam a relação de emprego, ou que se mantêm disponíveis para o trabalho. São classificados como desempregados.

Esta situação se apresenta atualmente atrelada ao termo e processo da exclusão social e consiste em atendimento prioritário das atividades relacionadas ao Centro Experimental Público. Como consequência praticamente imediata do processo de reestruturação produtiva e abertura do mercado interno brasileiro, o que anteriormente a este período era fator temporário, a partir da década de 90 passa a ser estrutural.

A qualidade inerente à condição de desempregado atual se baseia na perda de garantias legais e contrato de trabalho regular o que limita os rendimentos, uma vez que muitos procuram atividades informais que provocam, por seu lado, a compressão de rendimentos no mercado informal de trabalho. Conceituado também como a "nova pobreza", o processo de exclusão social atinge, em grande parte, extratos da classe média, provocando o agravamento das condições de vida, pois, além da queda de rendimentos, desencadeia rupturas em vínculos essenciais como os familiares, por exemplo.

Em relação à pesquisa realizada com os usuários do Centro Experimental Público de Vila Formosa, o percentual de desempregados era de 55% (questão 7) sendo que 31% pretendiam atualizar-se para atender às novas exigências do mercado o que é relevante para os propósitos de educação para o trabalho do Centro Experimental. Na passagem pelo *Programa* (questão 9), 31% responderam que o *Programa* propiciou novas formas de ensinamentos de como realizar melhor o trabalho que vinham desenvolvendo; 40 % de como trabalhar em uma nova profissão e 15% sobre novos conhecimentos relativos ao trabalho atual. Estas possibilidades abertas para os usuários parecem responder às necessidades dos desempregados, principalmente aqueles 31 % que pretendiam atualizar-se.

Como efeito do *Programa* sobre estes usuários, 84% (questão 10) adquiriram melhor conhecimento sobre o funcionamento do mercado o que não reverte necessariamente em emprego, pois um ponto é a questão educacional e o outro são os limites das políticas públicas frente às condições adversas do mercado de trabalho. No entanto, como habilidade básica, este conhecimento veio aliado ao conhecimento sobre direitos em relação aos contratos (77%) e 46% falaram sobre melhorias nos relacionamentos pessoais, o que é significativo para a sustentação e desenvolvimento de elementos que podem enriquecer o indivíduo para além de uma

concepção de força de trabalho, ou então, retirá-lo de uma concepção de labor e dimensioná-lo em relação ao trabalho, segundo Arendt.

Sobre o percentual de desempregados atuais (questão 13) 39% (n = 5), 80% deles acham que o *Programa* preparou o suficiente, mas que não há emprego no mercado de trabalho; essa situação reflete uma limitação do alcance das políticas públicas, mas também uma relação de “curso” realizado e portanto “apto” para o mercado. No aspecto subjetivo, a relação entre o mercado de trabalho e a situação de desemprego exigem continuidade que vai envolver o relacionamento que o usuário desenvolve neste tempo de “desempregado”. É neste sentido que o aspecto qualitativo se vincula ao desenvolvimento humano, que não é somente no preparo, mas sim nos momentos vivenciados e conflitantes. O vínculo parece ficar restrito à família, como foi a resposta da questão 11-A, quando da ocorrência de dificuldades durante os momentos de dificuldade perante o mercado de trabalho.

Um ponto curioso na pesquisa com os usuários é o fato da condição destes em relação à condição de desempregado. Na questão 13, 39% (n = 5), responderam perante uma condição de estarem desempregados e, na questão 4, 23% (n = 3), também responderam sob a condição de estarem desempregados. Dois usuários (15%) que responderam na questão 4 que a sua posição no mercado de trabalho era “do lar/estudante”, situam-se entre os que responderam estar desempregados na questão 13. Tal fato pode ser interpretado pela condição de status diante do mercado de trabalho, o que pode abrir caminho para uma identificação com o trabalho assalariado e de ser empregado. É importante ressaltar que estes dois usuários assinalaram ter passado momentos de dificuldade durante a sua relação com o mercado de trabalho, sendo assistidos pela família.

Se por um lado, de fato, o trabalho assalariado que envolve a concepção de emprego, conforme Bouffartigue, pode permitir um rendimento maior, parece que a atividade estruturante da concepção de trabalho, que envolve as habilidades básicas (questão 10) e específicas (questão 9) não tiveram impacto pela incorporação do papel social de desempregado por não haver ainda uma institucionalização de um espaço voltado para a sociedade civil, que respaldasse a ação das políticas públicas. A consequência de tal fato pode ser uma estigmatização de tal condição

que não permite que o indivíduo possa elaborar outras atividades, bem como a de estar isolado diante da racionalidade do mercado.

Demonstra mais um comportamento de passividade do que de uma ação interventora na situação. Tal fator de passividade pode ser ampliado de forma indireta mas consistente, ao considerar que esta população de pesquisa é de jovens que têm possibilidade de recolhimento à família como filhos, mas que, ao se verificar que a taxa de desemprego incide majoritariamente sobre os chefes de família num percentual de 74,4%, na comparação entre 1985-89 e 1990-96 (Andraus & Brandão & Ferreira: 6) esta condição, mesmo para os jovens, tende a se acirrar.

Esta ausência de espaço institucional que poderia dar outra sustentação ao indivíduo "desempregado", e agir sobre a atenção focal, pode ser encontrada também pela relação com o Estado como uma entidade onipotente que tem 100% de aprovação pelos usuários na questão 14, quando respondem afirmativamente sobre se o Estado fez uma coisa boa ao criar o *Programa*, quanto na resposta à questão 17, também 100% de concordância sobre se o governo teria condições de resolver os problemas relacionados na questão 16 sobre violência, desemprego saúde, habitação, etc. A passividade referida no parágrafo anterior é uma forma também de espera que nega, ou aborta a atividade da política, que poderia estar vinculada ao trabalho.

O que é fundamental para os propósitos desta tese é o tempo que este desempregado permanece em determinada condição social e sob quais conseqüências para a sua subjetividade. O fato de o trabalhador desempregado ter se ajustado ao mercado de trabalho, quer se incorporando ao mercado informal, quer encontrando um novo emprego, não é suficiente para avaliar seu aspecto subjetivo, ou seja, se este caminho percorrido no mercado de trabalho trouxe conseqüências danosas para seu psiquismo. É de suma importância que não se confunda um estado de ser exclusivamente estatístico com uma avaliação da subjetividade humana, na qual os vínculos sociais são de fundamental importância. Estes se referem ao aspecto familiar como sendo o núcleo principal de vínculos do indivíduo, bem como a sua pertinência a determinado grupo social ou étnico que neste processo pode se sobressair na forma de preconceitos, ou inclusão a atividades marginais.

Neste sentido, em pesquisa realizada em 1996 por Montagner & Brandão, revela que o tempo de procura por trabalho, que não é o tempo de desemprego, pois o primeiro se refere ao período que compreende a busca efetiva de um novo emprego, enquanto que o segundo se refere ao intervalo entre uma ocupação e outra, compreendendo interrupções nesta busca de trabalho, motivos pessoais, ou por desestímulo frente às condições de mercado (1996:39). Assim, a pesquisa destes autores mostra que na média o tempo de procura de trabalho, em 1989, (antes da abertura mercadológica) era de quinze semanas, enquanto que em 1995 era de vinte e duas semanas. Em relação ao tempo de desemprego, a média em 1989 era de trinta e seis semanas e em 1995 de quarenta e oito semanas. Estes dados revelam que houve um aumento substancial, tanto no tempo relativo à procura de emprego quanto ao tempo de desemprego, ou seja, há um aumento temporal de exposição às vicissitudes do mercado de trabalho, o que pode afetar sobremaneira a saúde mental destes trabalhadores.

A terceira categoria relativa ao mercado de trabalho se dá entre aqueles que realizam uma troca contínua, mediante contrato, da força de trabalho por salário. São os efetivamente empregados.

O nível de emprego na Grande São Paulo acompanha o movimento do mercado internacional pela ocorrência da precarização do trabalho referente ao item anterior e de maior exigência na capacitação pessoal, como requisito para a permanência, ou recrutamento para o emprego. Diante da reestruturação produtiva, o nível de emprego cai e, ao promover a precarização do trabalho, faz com que o número de autônomos e trabalhadores no mercado informal cresça, o que além de pressionar a renda neste mercado já existente, exige um profissional mais qualificado para o setor do mercado formal de trabalho com vínculo empregatício. Um alerta sobre esta situação de mercado é fundamental para os propósitos das políticas públicas: ao cortar postos de serviço e exigir maior qualificação profissional, não significa uma substituição dos trabalhos não qualificados pelos qualificados, mas que, nesta dinâmica toda, há diminuição do número de postos de trabalho requisitados pelas empresas.

Em relação à Grande São Paulo, *“há fortes evidências de que a qualidade dos postos de trabalho que vêm sendo gerados é sensivelmente inferior à daqueles*

destruídos" (Andraus; Brandão; Ferreira: 10). Para Paul Singer, em análise sobre a repartição de renda de assalariados formais, informais e autônomos na Região Metropolitana de São Paulo, a classe média profissional que foi preservada até a década de 80 é a grande atingida por este processo. A proliferação de consultores, *freelancers*, trabalhadores individuais, etc. é proveniente do desemprego por longos períodos de ex-executivos e ex-técnicos com grande experiência anterior (1999: 55).

Na pesquisa com os usuários do Centro Experimental, podem-se encontrar semelhanças a esta análise. Dos 40% (n = 5) que atualmente estão formalmente empregados com carteira assinada (considerando o período de experiência de um usuário), quando perguntados sobre se o Programa ajudou a arrumar emprego (questão 12), 80 % responderam que sim, com respostas que se referiam à necessidade de conhecer a informática, e desta ter sido pré-requisito para a seleção. De uma certa forma, isto acompanha a qualificação necessária para a obtenção de emprego. Quando estes mesmos usuários responderam como percebiam a situação de emprego atual (questão 15), 60% disseram ser a situação péssima, 20% avaliaram a situação como ruim, e somente 20% (n = 1) avaliaram como regular. Este último respondeu que há excesso de gente no mercado, enquanto que, para o restante, avaliam este estado por conviver com pessoas próximas que estão desempregadas e pelo salário estar cada vez mais baixo.

Esta situação de emprego atual está distante da "segurança contratual" que era oferecida pelo mercado, uma vez que a qualidade do vínculo repousa sob um estado de grande insegurança, em uma situação que está péssima ou ruim. Além disso, o mercado se torna hipercompetitivo para aqueles que buscam uma oportunidade de emprego o que gera, segundo Offe, o afastamento dos competidores "*através da discriminação (no caso extremo, violenta), baseada em categorias atribuídas, como idade, sexo, nacionalidade, ocasionando assim, em vez de uma estruturação ocupacional do mercado de trabalho, uma estruturação étnica ou racial (por exemplo)*". O autor denomina esta competitividade de "fechamento social" que "pode se apoiar nas normas vigentes de atribuição de *status* e de papéis e nos pontos de vista etnocêntricos da sociedade, e explorá-los em benefício do *status* coletivo" (1995: 45).

Neste cenário, o mercado de trabalho surge como uma grande instância de poder que exige a atenção permanente que deve lidar no cotidiano com a possibilidade de ser fragmentada pelo desemprego externo. Abre-se caminho, como mecanismos de defesa, a atitudes de defesa coletiva, tais como a que Dejours denomina de “ideologia defensiva do realismo econômico”. Esta é estabelecida pela intensificação e supremacia do medo nesta situação de emprego, que promove uma racionalização perante o medo mesmo, ou seja, negando-o. Uma das sensações a ser evitada pelo ser humano nestas condições de trabalho/mercado é a da possibilidade de fragmentação que gera o de sofrimento psíquico. Para que esta ansiedade seja afastada da consciência, vai necessitar não de uma estratégia individual, que seria por si só ineficiente, mas sim de uma estratégia coletiva. Neste sentido, para se manter ativo no trabalho, que pouco reconhece os limites humanos, a questão da ética é um dos primeiros pontos a serem deixados de lado. Tal como no contexto da guerra descrito por Freud¹⁶, no qual o indivíduo que dela participa tem que negar o mortal, ou o falível, enfim uma condição humana real para incorporar o “herói imortal”, na ideologia do racionalismo econômico é o “trabalho sujo” que vai ser racionalizado.

Este tipo de racionalização é de grande necessidade para a manutenção da eficiência produtiva atual com o espectro do desemprego circundando a atividade nas organizações. Assim, no sentido de intensificar a produtividade e eliminar os aspectos subjetivos que a “atrapalham”, é a ética em relação aos escrúpulos humanos¹⁷ que “emperra a produção” que deve ser eliminada. Com o caminho livre, as organizações podem agir dentro de uma nova concepção de autoritarismo que tende a discriminar aquilo que aponta para uma qualidade humana, falível, ou diferenciada da produtividade, dentro desta racionalização que necessita se afirmar na virilidade, que necessita se contrapor à passividade e à possibilidade de fragmentação.

¹⁶ “Consideraciones sobre la guerra y la muerte”. In *Obras Completas de Sigmund Freud*. Madrid: Biblioteca Nueva, 1981.

¹⁷ Um estudo mais aprofundado sobre a degradação moral no trabalho pode ser encontrado na Dissertação de Mestrado em Psicologia Social de Margarida Maria Silveira Barreto intitulada *Uma Jornada de Humilhações*. PUC/SP, 2000.

“A estratégia coletiva de defesa consiste em opor ao sofrimento de ter que praticar ‘baixezas’ uma negação coletiva. Não só os homens não temem o opróbrio, como também o ridicularizam. Para tanto, chegam até a provocação. Absolutamente nenhum problema ético! ‘É o trabalho, isso é tudo!’ ‘É um trabalho como qualquer outro’” (Dejours, 2000: 88).

A vitória sobre aqueles que atrapalham, estigmatizados como velhos para a profissão que devem ser afastados, inadequados ou pertencentes ao chão de fábrica, proporciona a sensação de virilidade, que a partir destes pontos se vincula a justificativas. É a eliminação da diferença que passa a ser o ritual de manutenção da “ideologia defensiva do realismo econômico”. Esta ideologia pode estar embutida nos programas de qualificação, ou nos discursos dos vencedores do mercado como bem assinala Sennett, principalmente aqueles direcionados aos jovens. Desta forma, a questão da exclusão social, sob o aspecto qualitativo, da subjetividade, não se encontra nas apresentações estatísticas de emprego e desemprego. Este se apresenta como a aparência do fenômeno, sendo que a determinação real se encontra no emprego atual, ou seja, no local em que são produzidas em larga escala as novas formas de preconceito social que “unem as pessoas” em torno de “objetivos comuns”. A questão do desemprego sob esta ótica pode ser interpretada como a do destino humano assegurado para outros grupos, enfatizando que um dos elementos do preconceito é justamente a desumanização de seu alvo.

Desta maneira, é a qualidade do emprego que fomenta uma sociabilidade excludente e não aquele que se encontra sob o processo, pois este se encontra muito mais próximo de uma condição humana do que aqueles que estão obviamente sob a “ideologia defensiva do realismo econômico”. Isto talvez mostre para as políticas públicas a necessidade de enfatizar o político, o espaço de institucionalidade, do que se solidarizar unicamente de forma assistencialista aos “excluídos”, sob pena de reproduzir esta mesma ideologia defensiva, sob a forma de “administração do custo social”, como é referenciada na primeira hipótese desta tese.

A quarta categoria é constituída por pessoas que trabalham sem contrato de trabalho específico que não necessitam vender sua força de trabalho no mercado.

São os autônomos e assalariados informais que podem gerar a própria demanda no mercado pela força de trabalho.

Este setor sofre uma grande alteração a partir do ano de 1989, que compreende a abertura do mercado interno à competição internacional, acompanhado da grande reestruturação produtiva. Segundo Andraus & Brandão & Ferreira (pag. 8), enquanto que em 1996, na Região Metropolitana de São Paulo, constatou-se um aumento de apenas 5% no emprego assalariado com carteira assinada desde 1985, o assalariamento sem carteira e o trabalho autônomo encontravam-se em patamares que superavam enormemente aqueles verificados no período tomado como base: 78% e 69%, aproximadamente. Verifica-se, neste setor, que tanto para o trabalho autônomo, quanto para o trabalho informal, houve queda nos rendimentos.

De acordo com a pesquisa realizada no Centro Experimental Público de Vila Formosa, somente 15% (n=2) se encontravam nesta situação. Um deles é autônomo e trabalha com o pai, e o outro é empregado, *freelancer* sem contrato regular de trabalho. Considerando-se que esta população é formada por jovens, não é possível avaliar o impacto da transferência do setor de empregados com carteira assinada para este setor, mas há respostas significativas. Ao responderem se o *Programa* ajudou a arrumar emprego (questão 12), ambos disseram que não, por não terem experiência comprovada para encontrar um trabalho regular, ou seja, com carteira de trabalho assinada.

Neste sentido, pode-se afirmar que a forma emprego, com carteira assinada, é a condição mais desejada pelos jovens, embora seja declinante em termos de oferta e rendimentos, mas é a que mais propicia a possibilidade de se firmar um projeto de vida, pois existe também os benefícios que são agregados ao contrato de trabalho como complementação salarial. Conforme demonstra em pesquisa sobre a proteção social no trabalho, Maria Adelina Braglia apresenta dados referente a este aspecto, nos quais 63,7% dos trabalhadores, com carteira assinada na Região da Grande São Paulo em 1994, recebem benefícios de alimentação, 53,7% de transporte e 51,9% tinham convênio médio. Em contrapartida, os assalariados sem carteira de trabalho assinada, somente um quinto, ou 25%, possuíam algum benefício.

A insuficiência de renda no mercado informal é um dos pontos de intervenção do *Programa Aprendendo a Aprender* que possibilita o aprendizado do empreendedorismo enquanto atividade vinculada a novas formas e sentidos do trabalho e geração de renda, bem como as dimensões políticas de ética e cidadania que vão propiciar gestões participativas entre os trabalhadores. No entanto, esta possibilidade exige um processo de maturação que vai desde o aprendizado do trabalho condizente com a melhora de auto-estima, até a manutenção do trabalho propriamente dito. É um ponto que somente é possibilitado e desenvolvido quando houver um enraizamento das políticas públicas na comunidade que dêem sustentação e orientação ao processo.

Esta questão incide na necessidade de uma ação política, mas que não encontra sustentação nos trabalhadores que estão à busca de trabalho e tentando garantir sua sobrevivência dentro de uma dimensão de trabalho ideológica, o emprego com carteira assinada com uma ótica flexível. Neste sentido e pela falta de opção destes jovens no mercado de trabalho, pode-se afirmar que a concepção de indivíduo mercadológico, no sentido da flexibilidade, é preponderante, mesmo os usuários reconhecendo que o *Programa* foi uma boa criação do governo.

Ao se realizar então um processo de democratização da sociedade, cabe pensar não somente, e aqui a referência se situa sob a ótica do ponto de vista econômico, do cálculo unicamente racionalista, mas colocá-lo sob o ponto de vista da importância que a vida e a política têm como prioridade sobre este cálculo. Trata-se talvez de hierarquizá-lo, pois, para a construção de uma sociedade calcada em valores democráticos, estes mesmos valores, tais como ética e cidadania devem ser prevaletentes.

CAPÍTULO IV

O TRABALHADOR FRENTE À EXCLUSÃO SOCIAL E ÀS POLÍTICAS PÚBLICAS

A atuação do *Programa Aprendendo a Aprender* para combater exclusão social é inerente à sua forma de intervenção no campo da educação para o trabalho. A escolha da Zona Leste de São Paulo e as características da população necessitada que foram detectadas pelo Laboratório demonstram o desafio assumido pelo Programa. Parte-se de uma aprendizagem, envolvendo processos subjetivos ligados à auto-estima que no geral se apresentam muito em queda decorrente de situações vivenciadas por ocasião de baixa renda, ou desemprego, ao mesmo tempo em que o usuário deve fazer um movimento para ampliar a visão do que se entende por trabalho.

Obviamente que este processo de aprendizagem não é linear, sem contradições, e muito menos algo que possa ser resolvido com um curso, mas como o próprio nome da política pública se refere a aprender a aprender, faz parte de um processo no qual estão em jogo aspectos afetivo-emocionais e projetos de vida. Além deste ponto, o desafio do Programa depara-se com condições históricas extremamente adversas, como o são a herança escravista e a conseqüente falta de participação política, que daria sustentação aos projetos de formação profissional.

Dentro deste cenário complexo, tanto subjetivo quanto político, o acompanhamento do processo por que passa o usuário do Centro Experimental só pode ser devidamente melhor esclarecido, quando se possui uma visão longitudinal.

O efeito favorável¹⁷ que o Programa produz nos usuários implica uma possibilidade real de abertura para novas possibilidades de organização frente ao trabalho; porém, frente à grande adversidade do próprio mercado de trabalho, este efeito tende a se esvanecer. No entanto, se houver um enraizamento das ações do *Programa* que permita de fato um acompanhamento do processo do usuário, podem-se levantar com mais clareza algumas causas que impedem o desenvolvimento do trabalho em determinada localidade.

No sentido de clarear este processo subjetivo relacionado ao processo de exclusão social, é importante que façamos uma breve exposição de seu conceito.

Não se trata, segundo a denominação de exclusão social, de verificar ou nomear apenas o aspecto qualitativo do momento, mas, ao nível de conhecimento crítico, fazer com que este seja acompanhado de ações efetivas, pois as questões de ética e cidadania devem atuar ao nível do concreto, ou seja, na esfera da política e, portanto, da transformação social. Esta potencialização da atividade humana transcende em muito uma lógica binária de exclusão-inclusão em um mercado de trabalho pré-determinado, pois o conceito de exclusão social é o mediador de um processo político-social e não a causa em si do fenômeno.

O conceito de exclusão social pressupõe, de uma forma geral, a ausência de renda que coloca o indivíduo frente a uma necessidade de sobrevivência imediata, mas que as possibilidades de alcançá-la não são unicamente de responsabilidade individual, uma vez que as condições e a existência de trabalhos, ou empregos, são determinadas pela atividade econômica que possibilita a contratação, ou não de trabalhadores. É proveniente de uma situação de trabalho.

Para Serge Paugam, o conceito de exclusão refere-se a um "conceito de fundo", que se refere "à reprodução das desigualdades, ao afrouxamento dos vínculos sociais e à crise das identidades" (1999: 50). É importante assinalar então que a grande diminuição e existência de emprego e renda que dá garantias à sobrevivência, tal como se apresenta hoje o quadro mundial e brasileiro propicia uma desvitalização do indivíduo pela perda ou empobrecimento de seus vínculos sociais.

¹⁷ "Pesquisa de Egressos: Uma avaliação de Cursos de Formação Profissional". Pesquisa realizada pelo Programa *Aprendendo a Aprender*.

A relação do *Programa Aprendendo a Aprender* com o tema da exclusão social recai sobre a qualidade de vinculação com os usuários na sua comunidade específica, cuja ligação deve possibilitar um trabalho que alcance os processos mais subjetivos do indivíduo.

A pesquisa que realizamos mostra que todos os usuários moram nas proximidades do Centro Experimental Público de Vila Formosa, em que 55 % entraram em contato com o Programa (questão 8) mediante informação de amigos/parentes e 23% por meio de sindicatos da própria região, denotando uma grande proximidade entre o Programa e a população local.

Sobre a situação anterior à passagem pelo Centro Experimental, somente 23% (n = 3) possuíam uma ocupação relativa ao trabalho, enquanto que os 77% (n = 10) restantes procuravam emprego, sendo que 46% (n = 6) se consideravam como sendo do lar/estudante (questão 3), o que configura em parte uma ação com jovens em busca do primeiro emprego.

As respostas (questão 4) na mesma pesquisa relativas à situação de mercado atual destes jovens apontaram que 23% (n = 3) se consideravam como sendo do lar/estudante e 23% se mostravam desempregados, e o restante 55% (n = 7) estavam trabalhando.

Verificando o deslocamento de 23% para 55% dos usuários empregados e considerando-se que para todos eles o Programa acrescentou conteúdo, tanto nas Habilidades Específicas (questão 9), quanto nas Habilidades Básicas (questão 10) e que ainda para 61% (questão 12) o Programa ajudou a arrumar emprego, pode-se depreender que houve um efeito significativo no que se concebe ao fato de estar empregado.

No entanto, nada garante a estabilidade desta avaliação por um tempo mais prolongado, uma vez que o movimento referente à exclusão social incide nos sentidos que são produzidos por esta vivência.

Dessa forma, a exposição do trabalhador a um tempo maior à procura de emprego, propicia que este vivencie relações sociais que fragilizam sua auto-estima e o isolam do convívio social, tais como o preconceito de grupos mais organizados e

o não atendimento da expectativa de seu papel social dentro da família. Estes preconceitos tendem a se acirrar na medida em que a necessidade de sobrevivência aumenta, pois *"a ausência da perspectiva de um emprego estável e o desemprego ameaçam destruir a identidade profissional; o divórcio ou a separação fragiliza, freqüentemente, a identidade familiar e provoca, às vezes, um isolamento duradouro"* (Paugam, 1999: 50).

No caso do Brasil, este afrouxamento dos vínculos sociais se dá de forma mais acentuada que nos países europeus, uma vez que o Estado não atingiu o nível de *Welfare State* que esses possuem, bem como não tem uma tradição de participação democrática que possibilite a sustentação destes grandes benefícios sociais. Imerso em sua herança escravista, o Estado brasileiro se moderniza dentro de uma lógica, na qual os setores organizados, como os sindicatos, criam uma forte dependência deste mesmo Estado ao invés de interferir de forma transformadora e democrática. O Estado *"quando atua em direção à classe trabalhadora, o faz no sentido de formalizar as relações de trabalho de modo segmentado e parcial, ordenando a relação capital/trabalho, em benefício exclusivo do primeiro e fortalecendo a dependência dos organismos sociais e políticos dos trabalhadores"* (Chaia, 1988: 17).

O fato de o desemprego, no período de 85 a 96, ter atingido majoritariamente os chefes de domicílio em 74,4% (Andraus & Brandão & Ferreira) acentua o problema da exclusão social no Brasil, uma vez que a família é o grande refúgio do indivíduo por ocasião da ocorrência de crises de desemprego, conforme demonstra a pesquisa realizada no Centro Experimental Público de Vila Formosa, nos quais 85% da amostra total que disseram ter passado por momentos de dificuldade em relação à renda (questão 11) recorreram a família, sendo que esta recorrência foi exclusiva para 54%. Como grupo primal e estruturante da subjetividade, este fato enfraquece a célula básica que propicia a segurança última e que no caso brasileiro se apresenta como praticamente a única alternativa para o processo de acolhimento do indivíduo em tal situação de exclusão.

Uma forma de intervenção ao nível familiar pelo Centro Experimental Público deve ser uma maneira de propiciar, de maneira mais imediata, uma conscientização sobre os processos de reestruturação produtiva que não devem se ater somente às

organizações multipartites, como Sindicatos e Associações de Bairro por exemplo, mas principalmente atender à comunidade mediante um trabalho familiar, já que este se constitui como um grupo de apoio fundamental para o indivíduo. Neste contexto, pode-se alcançar com mais ciência o sofrimento psíquico do trabalhador sob o processo de exclusão, e lidar com maior cuidado com os vínculos essenciais à sobrevivência. Por outro lado, as Políticas Públicas estariam rompendo com o corporativismo assistencial e organizacional, e vincular-se-iam de forma mais consistente na comunidade em si. Passariam, então, a produzir sentidos para a comunidade, dentro de uma dimensão mais democratizante.

4.1 Preconceito no Mercado de Trabalho

Uma vez que o Programa se propõe a qualificar o trabalhador de forma participativa, o grande perigo que pode provocar para a subjetividade do usuário, é o fato deste poder tornar-se um “qualificado” e “desempregado”. As rotulações ou estereótipos impossibilitados de serem trabalhados tendem fortemente a se cristalizarem em preconceitos, o que implica uma pré-concepção que não é experienciada. Dessa forma, se o trabalho de formação profissional que pretende desencadear um processo de reeducação para o trabalho e também político não mantiver uma experientiação constante do usuário em seu aprendizado relacionado com o seu projeto de vida, pode-se fortalecer ainda mais um fechamento da subjetividade para novas experiências.

Esta possibilidade aparece na pesquisa (questão 13) realizada com os usuários, quando 80% dos que estão em situação de desemprego respondem que o Programa preparou o suficiente, mas não há emprego no mercado de trabalho. O importante neste ponto é o preparo recebido em contraposição a uma situação de emprego. É uma situação que se encontra mais em nível estático, uma qualidade de capacitado que não se desenvolveu e fica esperando a oportunidade de emprego. O processo de formação profissional paralisa-se perante a situação de mercado.

Em uma situação de emprego precário na qual a necessidade de ação é fundamental, ter mais um rótulo sem que possa servir para o acréscimo da

experiência humana, quer seja dentro de uma nova concepção de trabalho, quer seja do ponto de vista político, produz um efeito de mais isolamento perante as relações sociais. É como se houvesse uma “desqualificação” para a vida em comum.

Neste quadro de preconceito, o processo de exclusão social é extensivo também aos aspectos culturais, ou seja, o trabalhador não sofre somente uma rejeição física nas relações de mercado, mas também no sentido subjetivo mais íntimo, que é a validade de seus valores (Wanderley, 1999: 17).

A produção de concepções preconceituosas a respeito daquele que vive o processo de exclusão social se encontra nos setores mais organizados, que são analisados por Offe como uma passagem de uma “*estruturação ocupacional do mercado de trabalho, para uma estruturação étnica e racial*” (1995: 45). Tais setores organizados são geralmente compostos pelos sindicatos, ou por associações que detêm certos privilégios em relação ao mercado de trabalho. A possibilidade, única, do indivíduo sob tal processo é recorrer a saídas individuais, que compreendem a apelação para vantagens particulares que podem ser obtidas em grupos organizados, tais como a recorrência a amigos, etc, ou então, a aceitação de “qualquer trabalho”, o que não elimina o estado de precariedade do trabalhador.

A perda de contato com os usuários do Centro Público Experimental verificada com os trabalhadores do curso de Construção Civil pode ser um exemplo de reprodução de uma postura tecnicista de “qualificação mercadológica”, pois, ao não se conhecer os caminhos percorridos pelo trabalhador, não se saberá realmente que efeitos tiveram sua passagem pelo Centro Experimental. Mantém-se, assim, uma postura racionalista dentro de um quadro estatístico no qual o aspecto subjetivo se perde e, desta forma, as dimensões de ética e cidadania ficam impossibilitadas de qualquer análise, o que contraria os pressupostos do Programa.

No Brasil, a difusão do preconceito entre os trabalhadores pode ser fomentada pela própria necessidade de sobrevivência dos sindicatos que se voltam quase que exclusivamente para a manutenção de seus associados. Isto ocasiona uma adaptação do sindicato ao processo produtivo que apesar de obter ganhos em relação à participação da qualificação da força-de-trabalho, encontra-se enfraquecido perante sua própria necessidade de sobrevivência, possibilitando,

assim, no aspecto da subjetividade em questão, racionalizar suas vantagens como sendo um sindicato representativo de uma categoria “qualificada”.

Embora haja projetos sindicais que abranjam um contexto comunitário que transcenda a ação simplesmente sindical de negociação trabalhista, e promova uma atuação voltada a uma formação geral destinada aos propósitos de ética e cidadania, como é o projeto de Formação Profissional da CUT – Central Única dos Trabalhadores, por exemplo, seu alcance se encontra nas próprias limitações que o mercado de trabalho impõe. Isto significa que, se o número de filiados for cada vez mais decrescente em função do desemprego, os recursos e a força política de que dispõe o sindicato serão cada vez menores.

Por outro lado, esta iniciativa sindical abre maiores possibilidades de vinculação com as políticas públicas e de fortalecimento dos propósitos formativos que podem potencializar uma ação que se enraíze na comunidade. É preciso ressaltar que uma das principais características da concepção do preconceito nesta situação relativa ao mercado de trabalho é justamente a posição do sujeito, ou grupos de trabalhadores que estão em processo de diferenciação de renda, ou precarização de trabalho, cuja diferença é dificilmente admitida por aqueles que ainda não se encontram nesta situação, mas que se vêem ameaçados por esta. A necessidade de sobrevivência consiste em um elemento fundamental que possibilita o surgimento e desenvolvimento do preconceito.

O espaço disponível de ação nas políticas públicas deveria, neste sentido, promover atividades que possibilitariam ao indivíduo, além de “encaixá-lo” no mercado, um desenvolvimento de outras atividades que não estariam voltadas ao mercado, e que são essenciais para que seja desenvolvida a reflexão sobre as condições atuais de vida e seus impactos na formação de impressões estereotipadas. O parâmetro mercadológico de se estar empregado, ou desempregado, ser qualificado ou não ser qualificado, torna o indivíduo quantificável e limitado em suas possibilidades de ação, submetido a uma avaliação de posse de renda. Uma outra vinculação, política que o predispusesse a agir em um sentido não utilitarista, pois como a própria pesquisa com os usuários do Centro Público nos mostra, a insuficiência de renda adquirida no mercado de trabalho é insuficiente (100% dos usuários continuavam morando com a família após o Programa, sendo

que 30% estavam com contrato regular) para manter o indivíduo dentro de uma perspectiva futura de vida própria.

Esta nova forma de preconceito, do “indivíduo qualificado”, cujo adjetivo implica seu oposto, o trabalhador não qualificado, sendo expulso do mercado de trabalho, é o que se pode chamar de “nova pobreza”. O trabalho com o jovem que aspira aos novos processos de modernização e capacitação para o trabalho deve ser extremamente cauteloso neste sentido, uma vez que o discurso de vencedores exalta uma dimensão narcísica na qual os vencidos são despojos sem grande utilidade. O discurso do vencedor no mercado de trabalho compreende o jovem que também se sobrepõe a outros jovens, dentro de um contexto de hipercompetitividade, no qual a concepção de progresso e tecnologia surgem como elementos inquestionáveis e, portanto, naturalizados. A opção do jovem “vencido” no mercado de trabalho para atividades ligadas à marginalidade é a contrapartida das estatísticas econômicas de emprego e desemprego. Neste sentido, a “nova pobreza” vai se encontrar com a já “velha pobreza”, estrutural da sociedade, gerando novas formas de criminalidade, pois *“a matriz escravista brasileira, além de perpassar nosso passado, está presente no cotidiano de nossa sociedade, em manifestações as mais variadas”* (Wanderley, 1999: 19).

A sobreposição do mercado de trabalho, ou então da economia sobre a política, obscurece de fato o que vem a ser a sociedade. Parece apagar a impotência do Estado frente à racionalidade de mercado, ou então, a justapor-se a uma racionalidade que não reconhece qualquer freio em relação ao humano em sua atividade como é o próprio mercado. Uma ação democrática pode atuar em contraposição ao mercado de trabalho, garantindo a expressividade daqueles que estão sob o processo de exclusão social. A ação humana voltada para a democracia teria, por finalidade, também frear o desenvolvimento irracional deste mercado. Caberia, então, às Políticas Públicas propiciar formas de expressão que representassem este estado de impotência para tentar resgatar uma ação de reconhecimento social.

De maneira mais ampla, a própria racionalidade da exclusão já é preexistente na racionalidade da sociedade brasileira. Como um ponto que permanece naturalizado e visível no decorrer de nosso processo histórico, ele passa a negar a

própria história. Neste contexto, o termo exclusão social pode também passar a ser a-histórico, pois o indivíduo dentro de tal processo se compreende diante uma “fatalidade”, ou “destino” que alimentam os processos conformistas na história do país.

Este conformismo surge na pesquisa desta tese nas respostas relativas à relação entre o indivíduo e o Estado. Na questão 17, este mesmo Estado surge como o grande possibilitador de resolução de conflitos e carências sociais, com 100% das respostas afirmando esta condição, com respostas que falavam que isto seria possível, caso não houvesse corrupção, ou então dependesse somente da vontade de realizar. Fato marcante no Brasil, esta mesma relação é apontada pela implementadora Vânia Gomes (anexo, pergunta 3) como um obstáculo que pode obscurecer a possível participação de outros agentes sociais na construção de uma ação democrática. É como se as políticas públicas se apresentassem *“como um favor das elites dominantes... Neste sentido, romper a relação entre a subordinação, a discriminação e a subalternidade, brutais em nosso país, é um dos muitos desafios colocados”* (Wanderley, 1999: 25).

4.2 Raça

A condição atual de trabalhador “qualificado” para o mercado de trabalho pode fomentar uma nova condição de perpetuação do conformismo pela manutenção do preconceito racial contra os negros. Embora nenhum dos participantes da pesquisa desta tese fosse classificado como negro, este tema é de fundamental importância na medida em que os adjetivos de “não qualificado”, ou “marginalizado”, incide sobre esta categoria, que pela sua própria condição de existência e pelo muito pouco que foi feito para mudá-la, revela o mecanismo social que alia a “nova pobreza” com a “velha pobreza”. São os novos adjetivos que desqualificam o negro, com sua história de exclusão permanente dentro do processo histórico que também fortalecem a lógica do mercado atual entre vencedores e vencidos. Na verdade, não há modernização que implique necessariamente democratização de possibilidades de trabalho, mas sim reprodução dentro de uma cultura que já é determinada pelo preconceito racial.

Analisando a inserção do negro no mercado de trabalho, Chaia (1988: 40) reafirma a manutenção do preconceito racial mediante chances de inserção profissional na Região da Grande São Paulo. Esta pesquisa revela que a taxa de desemprego para a população negra é de 11,6 %, enquanto que, para a população branca, é de 8,6% no ano de 1987. Neste montante, o desemprego cresce para os jovens negros em 26,8% entre a população de 10 a 17 anos, e 15,2% para a faixa entre 18 a 24 anos. Para a população branca, estes índices ficam em 23,8 % e 11,9%, respectivamente. A escolaridade que deveria nivelar o rendimento dos trabalhadores que passariam a ser qualificados também mostra diferença significativa na qual os negros obtêm 20% menos que os da população branca. A “democratização” entre brancos e negros se situa na faixa em que o nível de escolaridade se refere à faixa de “analfabetos” e à de “sem escolaridade”, na qual os empregos desta mesma população são considerados precários.

Para Clóvis Moura (1988: 44), esta condição do negro é proveniente da sociedade escrava em que a divisão social do trabalho era distribuída em trabalhos “nobres e qualificados” para os brancos e “trabalho sujo e desqualificado” para os negros. Ao nível ideológico, tem-se a naturalização do negro como “indolente” e a transformação deste em criminoso potencial (1988: 46). Esta condição permanente do negro pode captar o destino possível dos trabalhadores que não estão na condição de qualificados e os expõe ao conformismo que é a de recorrer ao Estado salvacionista e onipotente, ao invés de propiciar uma mobilização de direitos sociais na direção da democracia. A relação entre ocupação e desocupação não se modifica e reproduz a dicotomia de empregado e desempregado, e a de pessoa de bem e marginal. A ética da obediência ao mais forte ganha maior consistência quando o tecido social não possui uma retaguarda de sustentação de direitos civis que lidem com a base de problemas estruturais da realidade brasileira. Para as políticas públicas, esta questão deveria ser de fundamental importância para intervir nestes processos em que o labor escravocrata se mantém e é destinado para os negros, que pela sua dificuldade maior de sobrevivência, podem ter até esta condição ameaçada, uma vez que a situação “marginal” para eles já se encontra naturalizada no tecido social.

4.3 Gênero e Sexo

Da mesma forma que a questão racial, a categoria gênero é de grande importância para o desenvolvimento das dimensões de ética e cidadania, uma vez que a inserção da mulher no mercado de trabalho não obedece a critérios igualitários, o que vai persistir no contexto atual da produção flexível. Segundo Helena Hirata, a discussão de gênero e sexo no trabalho permite superar o enfoque de uma dicotomia simplista entre as práticas tayloristas e a superação destas pela produção flexível (1997: 10). Em pesquisa realizada concomitantemente no Japão, França e Brasil, a autora demonstra que a forma de organização do trabalho difere nas empresas que empregam homens daquelas que empregam mulheres. A inserção do trabalho feminino no Brasil (1969-1972), deve-se à redução de custos na ocupação de empregos, outrora preenchidos por mão-de-obra masculina, cuja hierarquia de produção era feita sob princípios masculinos. Isto implica atitudes masculinas frente ao trabalho, tais como comer e manter a postura como um homem, bem como em “ouvir piadas e brincadeiras” (1997: 12).

Na medida em que os homens se recolocam em trabalhos que exigem maior qualificação técnica, acompanhando desta maneira as mudanças organizacionais, as mulheres vão inserindo-se em trabalhos que exigem esforços repetitivos, típicos da produção taylorista. No Brasil dos anos 90, Hirata assinala a presença do cronômetro, símbolo funcional do taylorismo, nas indústrias têxteis de confecções e calçados, o que vai desmentir a “idéia de morte do fordismo” (1997: 13). Neste sentido, a diferenciação básica entre os sexos no mercado de trabalho, dá-se de forma pela qual o crescimento do trabalho feminino se relaciona mais com os trabalhos precários; no caso do Brasil, significa a inserção, em grande número, no segmento de trabalho informal.

Muito mais poderia ser dito sobre este assunto, mas para os propósitos desta tese o essencial é que estas condições de trabalho precárias levam à maior possibilidade de adoecimento e, no caso, de sofrimento psíquico. Hirata cita doenças, como a LER (Lesão por Esforços Repetitivos) como uma das grandes conseqüências desta situação, uma vez que na maioria dos trabalhos vai prevalecer o trabalho monótono e repetitivo, em condições nem sempre favoráveis para exercê-

lo. Portanto é a organização do trabalho que determina e provoca as seqüelas na saúde, e não a condição feminina de procriação, menor massa muscular, menopausa, etc.

Na pesquisa realizada no Centro Público Experimental de Vila Formosa, o índice de mulheres é de 31% (n = 4) sendo que duas se encontram empregadas como auxiliar de escritório, uma é desempregada, mas que trabalhou como digitadora e outra ainda mora com os pais. Se por um lado a amostra não é representativa de uma tendência de mercado, por outro, ela não desmente a inserção do trabalho feminino em trabalhos repetitivos, como é o caso de auxiliar de escritório e digitadora.

Para Posthuma e Lombardi, a exclusão social de trabalho feminino no Brasil se dá também pelo fato de as mulheres vivenciarem as segregações, bem como em se sujeitarem a trabalhos precários justamente por tentarem equilibrar o orçamento com o trabalho doméstico.

No campo da qualificação profissional, as autoras pesquisaram duas empresas no setor automotivo no qual trabalhos anteriormente realizados por homens, como o retoque da pintura de carros, passaram a ser realizados por mulheres por terem “habilidades naturais” requeridas para o desempenho do trabalho, segundo a versão gerencial da fábrica (1977: 129). Em relação aos cursos de treinamento das mesmas fábricas, as mulheres tiveram grande freqüência nas competências comportamentais que envolvem a responsabilidade, a lealdade, o comprometimento, a capacidade de iniciativa e a habilidade de negociação, e pouca freqüência no curso referente às competências cognitivas, que compreendem a leitura e interpretação de dados, a lógica funcional, a capacidade de abstração, a dedução estatística e as expressões oral, escrita e manual.

Estes fatores relegam a mulher a um plano segregado na mudança atual no mundo do trabalho, no qual “*as críticas das mulheres, direcionadas contra as próprias colegas formam parte de um discurso do oprimido, do segregado, ou adotando um discurso masculino, ou rejeitando a submissão do seu próprio sexo, em que existe um espaço restrito para a mulher avançar*” (1997: 130).

Cabe, às políticas públicas de emprego, “olhar” para o trabalho feminino de maneira a liberar o potencial da feminilidade de forma não subalterna ao masculino, o que compreende uma não hierarquização de habilidades para o trabalho de concepção masculina, mas sim uma inserção que, em primeiro lugar, não compreenda a precarização do próprio trabalho. Os cursos “femininos” oferecidos pelo Centro Experimental Público de Vila Formosa, como *Cuidador de Idosos* e *Técnicas Básicas de Confeitaria*, deveriam verificar se as conseqüências de tal instrução não levariam ao simples preenchimento de um “lugar feminino” nas estatísticas de emprego. A sensibilidade para as potencialidades do que seja o feminino liberto poderia ser fonte inspiradora de novas formas de trabalho que não compreendam a violência e domínio irracional da natureza, o que geraria uma forma estética de realização profissional na qual a sensibilidade não estivesse submetida ao desempenho puro e simples do labor e da ideologia vigente relativa ao que seja a capacitação profissional.

4.4 Sofrimento Psíquico

Embora este tema não seja ressaltado pelo *Programa Aprendendo a Aprender*, é fundamental que seja considerado, pois este não somente permeia a população alvo, como é inerente aos fatores motivacionais básicos que devem ser prioritários a uma educação voltada ao trabalho conforme relata em entrevista a coordenadora Vânia Gomes (anexo, pergunta 2). É um tema que amplia a compreensão de impedimentos e inibições educativas, bem como desvincula o usuário de ser considerado apenas mais um número nas estatísticas econômicas.

Por outro lado, o tema do sofrimento psíquico relacionado à exclusão social vem sendo amplamente discutido, o que reflete a maturidade de alguns profissionais da área da subjetividade que se posicionam eticamente frente aos problemas sociais.

Neste sentido, Freud atribui a três fatores as fontes causadoras de sofrimento psíquico: “*o poder superior da natureza, a fragilidade de nossos próprios corpos e a inadequação das regras que procuram ajustar os relacionamentos mútuos dos seres*

humanos na família, no Estado e na sociedade" (1978: 142). Este último é a fonte que mais causa danos e temores para o ser humano, sendo que, nos outros dois, há uma certa adaptabilidade pelo processo civilizatório. Para o autor, o sofrimento psíquico caracteriza-se sempre como sendo social, ou seja, é permeado pela cultura uma construção humana que demanda esforços intermináveis e na qual a recompensa da felicidade não se torna regra geral. A relação entre os seres humanos é, portanto, a maior fonte de sofrimento, e a que mais é negada pelo próprio homem.

No tema da exclusão social, o sofrimento psíquico envolve o afastamento do ser humano de sua condição básica, o trabalho como atividade básica que possibilita a busca da felicidade. Este é o fundamental do processo. Mas antes de chegar até este ponto de ruptura, pode-se dizer que há um processo de exclusão, ou seja, o ser humano atravessa uma série de relações sociais que negam sua possibilidade de ter acesso ao trabalho que garanta sua sobrevivência, predispondo-o a uma defensividade e hostilidade em relação à cultura. Passa tanto por um processo de segregação, o isolamento físico, quanto de discriminação, o "fechamento de portas" a quaisquer possibilidades de trabalho.

Em relação ao mundo do trabalho, podem-se citar vários fatores que atrelados fomentam a exclusão social: os processos de degeneração provocados pela organização precária do trabalho, a degradação moral que acompanha também a forma flexível do trabalho e a intensificação da produção.

Quanto ao mercado de trabalho, o trabalhador se encontra frente ao corporativismo de setores que, pressionados pela sobrevivência, o "desqualificam" profissionalmente diante de uma situação bastante adversa de fato, a posse de um emprego. Estas situações provocam impactos na subjetividade humana que a levam a fomentar sentimentos e atitudes de hostilidade à sociedade, como é o caso da criminalidade entre os jovens, ou então à desistência da busca de uma colocação profissional. O trabalho precário é insuficiente para conter estes processos de relações sociais e é neste sentido que as políticas públicas deveriam intervir. Cabe ressaltar que tal condição de marginalidade frente aos jovens é enfatizada pelo coordenador do Programa José Luiz Ricca (anexo, pergunta 1).

Consideram-se, também, como fatores sociais de desagregação, a questão do preconceito racial no mercado de trabalho e a situação de gênero e sexo. Além destes fatores, o rompimento e distanciamento de vínculos familiares próximos, que são comuns quando o homem busca trabalho em outras regiões e cidades, tornam-se fundamentais para a compreensão do processo.

No que se remete ao “sentido subjetivo”, o processo de exclusão social pode ser considerado como um projeto de vida que pode romper-se. Com base no trabalho, é um projeto em que o homem se baseia para viver juntamente com seus semelhantes, *“onde está sempre participando de grupos, coletivos, associações e instituições. Estes produzem ideais, desejos, sistemas de valores e de normas que atravessam os sujeitos, e se transformam muitas vezes em projetos a serem alcançados”* (Carretero, 1999: 88).

Este projeto de vida vai ao encontro das aspirações de formação profissional do *Programa Aprendendo a Aprender*, uma vez que é necessária a produção de sentidos, as modificações de valores e o relacionamento social entre outros, para que seja possível a autonomia do processo de aprender a aprender. Esta situação, envolvendo escolhas e decisões por parte do usuário, requer a superação de sua concepção de mundo, quer seja em relação ao trabalho, quer seja em relação à cidadania; implica a existência de liberdade, a interpelação própria que cada sujeito faz de sua própria existência.

A resignificação de sua vida em relação a uma nova concepção de trabalho incide também na busca do que sejam os laços familiares, as amizades e o lazer. O sofrimento psíquico que advém da ruptura com este projeto que tem seus fundamentos no trabalho *“por ter uma raiz social, deve ser considerado sofrimento social”* (Carretero, 1999: 93).

A ação política pertinente ao Centro Experimental implica fundamentalmente a produção de sentido direcionada ao coletivo, que circunda uma expressividade não utilitária relacionada ao mercado de trabalho. Neste contexto, a sensação de inutilidade (não estar empregado e sem opções) que tomou conta de 85% dos jovens pesquisados é reveladora desta fonte de sofrimento psíquico. Por outro lado, dever-se-ia atentar para a aprovação de 100% na questão 14, em relação aos

propósitos de criação do Programa. Para a implementadora Vânia Gomes Soares (anexo, pergunta 3), não é somente uma ação governamental que pode caracterizar uma ação política que produza novos sentidos, mas é de fundamental importância que a ação política se revele nas parcerias que se formam na sociedade civil.

A concepção de sofrimento psíquico de Christophe Dejours é altamente proveitosa para se trabalhar os propósitos desta tese, principalmente aquela que se refere ao sofrimento no mercado de trabalho. No sentido de "requalificar o sofrimento", o autor analisa a relação entre coragem e virilidade, em que a violência e o medo têm um papel fundamental. No âmbito de suportar o sofrimento e o medo infligidos em uma situação de "guerra mercadológica e/ou no trabalho", a coragem como virtude vem acompanhada da negação destes elementos o que vai implicar um esforço que violenta o próprio corpo. Desta maneira, a coragem como princípio moral vem relacionada ou familiarizada com a violência, o que se torna um parâmetro para a conduta corajosa. Desta forma, o "*aprendizado da coragem passaria então pelo aprendizado da submissão voluntária e da cumplicidade com os que exercem a violência, mesmo que sob pretexto 'didático'.*" (2000: 129)

Para os propósitos do *Programa Aprendendo a Aprender*, uma insuficiência na participação das parcerias em promover as demandas e dar sustentação aos processos de cidadania, não estariam colaborando para este didatismo atrelado à violência, ao considerar que uma vez que o sujeito esteja capacitado, a responsabilidade é somente dele?

Esta "cumplicidade" da violência pode ser reforçada quando se verifica que o item desemprego vem em segundo lugar como o fator que mais dificulta a atual situação de vida (questão 16) e, na questão 15, que trata da percepção da situação de emprego em São Paulo a resposta como "péssima" atingiu 55% e a de "ruim" 23%.

No capítulo III, foi visto que o herói do mercado atual se reconhece no meio de grande número de vencidos, amparado sobre um discurso de hipercompetitividade, e submetido a processos intensos de ritmo de trabalho, aumentando sua exposição à violência. A familiaridade com esta fornece uma sensação de segurança e virilidade na qual a atualização é sempre a de infligir

sofrimento ao outro. Tal como no mecanismo da guerra descrito por Freud, em que a negação da própria morte tem por mecanismo a idealização do herói, o corajoso no mercado de trabalho flexível recusa sua finitude e/ou limitações, cada vez mais escancarada pelas exigências da produção, tendo que agir em cima de uma mentira, que é referente a si mesmo e à socialização com os outros. O encobrimento do medo pela violência proporciona uma comunicação “mentirosa”, na medida em que a virtude deve se cobrir de um discurso socializante, mas que, na verdade, traduz-se na prática da violência.

A importância desta concepção vai de encontro aos propósitos daquilo que se exige como “capacitação”, “competência”, etc., que são adjetivos que devem ser reconhecidos em uma situação de mercado em que não há lugar para todos. A existência de preconceitos em relação aos menos qualificados, negros e mulheres fomentam este ciclo vicioso. Ao se trabalhar com a dimensão de uma cultura de guerra, as políticas públicas dão sustentação à manutenção do sofrimento psíquico e mantêm intactos os determinantes que propiciam a exclusão social. O indivíduo vencido em tal situação desiste e a violência assimilada, impedida de se manifestar, dirige-se a si mesmo naquilo que Freud denomina de pulsão de morte. Pensar a concepção de trabalho tal qual postulada por Hannah Arendt, no âmbito do *Programa Aprendendo a Aprender* envolveria uma reflexão mais aprofundada sobre a questão da violência incorporada nos processos éticos que permeiam a racionalidade do mercado de trabalho e a profissionalização no Brasil.

A ética nas políticas públicas deveria possibilitar o desvelamento das mazelas que acompanham as promessas do mercado de trabalho, ser transparentes nas informações produzidas, além de garantir a expressividade do sofrimento psíquico. Isto, por si só, já abriria portas para a produção de novos vínculos, que relativos aos pressupostos de ética e cidadania, poderiam ir além da racionalidade escravista e da servidão voluntária.

ANÁLISE E CONCLUSÃO

Em relação à hipótese relativa ao processo de inserção mundial do país juntamente com a democratização da sociedade, é importante afirmar que, de acordo com esta última que decorre a partir de meados da década de 80, e que diz respeito ao processo de descentralização das políticas públicas, não se efetivou uma participação social que fomentasse novas tensões que colocassem em cheque a centralização de seu funcionamento herdado do regime militar. Trata-se da ruptura com a permanência histórica da exclusividade de setores da elite nas decisões dos rumos do país. Esta predominância inserida no campo da racionalidade estrutural do país, dentro da ordem senhorial escravocrata, permanece também intocável na medida em que novas formas de organização social não foram suficientes para fazer frente a este quadro político, embora seja um dos pressupostos e intenção das políticas públicas em geral, e em nosso caso, do *Programa Aprendendo a Aprender*.

De uma maneira geral, o *Programa Aprendendo a Aprender* promove a descentralização que acompanha o processo de democratização com a modificação do papel do Estado na implementação das políticas públicas. O governo do Estado de São Paulo, atuando como coordenador do Programa, modifica sua atuação e empreende um processo em que é essencial a participação de parcerias para a elaboração das atividades de educação do trabalho. Neste sentido, o Programa procura responder às necessidades e problemas advindos da grande reestruturação produtiva e da inserção do país no processo de mundialização.

A pesquisa realizada com os usuários do Centro Experimental Público demonstra que o Programa atuou de forma mais específica em relação às necessidades do mercado de trabalho, ao realizar cursos que permitissem uma orientação em relação a este mesmo mercado de trabalho, além de atividades específicas que melhorassem e atualizassem as respectivas atividades profissionais.

Estes pontos foram confirmados pelos usuários, ao responderem a questão de número 9 referente às Habilidades Específicas e a questão 10 referente às Habilidades Básicas. A aprovação da iniciativa do Programa por 100 % dos usuários (questão 14) demonstrou a relevância da necessidade de implementação deste tipo de atividade.

Contudo, a visão dos usuários permanece vinculada à questão do emprego, de uma renda imediata, o que demonstra a questão 13 em que 80 % dos desempregados afirmam que o Programa preparou o suficiente, mas que não há emprego no mercado de trabalho. Este fato implica que as atividades realizadas no Centro Público Experimental tiveram um efeito mais de “curso realizado” do que propriamente de desencadeamento de processo de aprendizagem permanente, quer seja do próprio trabalho, quer seja de novas formas de organização deste.

A expectativa dos usuários, obviamente emergencial em relação à possibilidade em arrumar um emprego (questão 7), na qual somente 15 % da amostra (n = 2) não demonstraram um imediatismo perante esta situação, colabora de fato para que as considerações sobre o Programa como um curso que vai “facilitar a arrumar emprego”, como de fato foi considerado, seja de fato o objetivo único desta política pública. Dessa maneira, o caráter de processo que compreende a formação profissional não surge na prática, e a questão participativa dos parceiros fica relegada à elaboração de uma atividade comum, o que não caracteriza um processo de participação democrática que dê sustentação ao desenvolvimento de novos sentidos para o trabalho; este, ao se manter desta forma dá indícios de manutenção, ou “administração de oportunidades mercado”, nas quais as bases estruturais do problema, que atinge a insuficiência mesmo de emprego não são trabalhadas com os usuários. Neste contexto, confirma-se a primeira hipótese na medida em que há uma distância entre a situação de vida atual dos usuários e os propósitos de intervenção do *Programa Aprendendo a Aprender*, o que dá margens a uma visão racionalista e de instrumentalização da atividade humana voltada ao trabalho.

Desta forma, a pesquisa demonstra que as atividades do *Programa Aprendendo a Aprender* se mantêm inseridas ainda em uma racionalidade que mostra que as tensões impactantes geradas durante este processo e o período de

democratização não são provenientes do interior, mas sim do exterior, do mercado internacional, no sentido do ajuste da economia às necessidades e funcionalidade deste, ou seja, ao processo da globalização. A tese de Florestan Fernandes quanto à manutenção da ordem senhorial escravista no processo de modernização da sociedade brasileira descrita no capítulo I – que parece ceder perante a implementação dos planejamentos econômicos e do pensamento tecnocrático a partir da década de trinta analisados por Octavio Ianni – e mais recentemente, no esforço de descentralização das decisões políticas, e dentro do âmbito das políticas públicas realizadas a partir da década de 80 e estudadas por Sônia Draibe, ainda não foram suficientes para se sobrepor e modificar esta mesma ordem estrutural. A ausência de tensões internas, fortes o suficiente para questionar a permanência desta estrutura social, propicia que estas sejam submetidas a uma espera de “investimentos” na área social e da saúde financeira do país revelada por indicadores econômicos. A “globalização” se insere ainda nesta velha ordem senhorial na medida em que mantém intocável a própria distribuição de renda e acentuando o fenômeno da exclusão social, atendendo apenas às necessidades das transformações produtivas, como é de conformidade e versatilidade da lógica social em revolucionar a dinâmica, sem mexer na própria estrutura da sociedade.

No campo da subjetividade e dentro dos propósitos desta tese, compreende-se, dentro de uma racionalidade escravista, a predominância de uma subjetividade relacionada ao labor e não ao trabalho, de acordo com as concepções de Hannah Arendt. A politização do trabalho versus a “economização” do labor é um embate social no qual a subjetividade se torna fundamental, uma vez que se trata de concepções de mundo diferenciadas. A instrumentalização do social, em que são atrelados os índices de emprego e renda como sinônimo de desempenho em relação ao progresso, bem como em ser aceito pela comunidade internacional, tem sua contrapartida na esfera do labor. Este, ao ser organizado de forma a garantir a sobrevivência do indivíduo em condições adversas e que acompanha a história do país, encontra, na subserviência do indivíduo, tal qual uma segunda natureza, seu ponto central. Esta mesma subserviência que se ampara também na relação do indivíduo com o Estado, como se este último fosse onipotente para providenciar a solução de todos os males, mantém-se perante uma degradação constante das condições de trabalho formal e da precariedade da renda que não permite o

desenvolvimento de novas relações sociais, livrando o indivíduo do imediatismo de garantia da vida. A ausência de benefícios sociais não propicia uma dimensão de uma visão política de lutas sociais. A sobrevivência constitui o fator que atrela a subjetividade ao imediato e predispõe a sociedade, assim estruturada majoritariamente, aos ditames de uma racionalidade econômica, na qual os indivíduos fazem parte exclusivamente do “custo social”.

Na esfera do trabalho, a possibilidade de realização se torna fundamental. A utilização de meios e fins para produzir “coisas do mundo” que se mostram duradouras exige um movimento, ou descentramento subjetivo, no qual a existência, de um outro, quer seja o mundo, quer seja a sociedade, que necessita de uma durabilidade material para a sua reprodução e existência é um de seus princípios básicos. Ora, uma sociedade vinculada à esfera do labor tende a reproduzir sobre si mesma relações de poder que a perpetuam, enquanto que na esfera do trabalho, a transformação do mundo é inerente ao processo. Se os propósitos de democratização que, mediante políticas públicas desenvolvem as dimensões de ética e cidadania, não penetram na esfera de uma educação, ou reeducação da subjetividade, implicando a construção de um mundo ou sociedade, pode-se dizer, então, que o renovado constitui a esfera de novas formas do labor, e não o desenvolvimento do trabalho em si.

Dentro da nova reestruturação produtiva aliada ao desenvolvimento tecnológico, a concepção de labor pode ter aspectos diferenciados pelo “brilho” exercido pela concepção de progresso. O fato de um trabalhador saber operar um microcomputador não implica necessariamente progresso sob a ótica da subjetividade e nem novas relações sociais. A digitação de um instrumento obedece em muito ao movimento compulsivo do labor, no qual a relação com sinais e regras, conforme coloca Heloani em relação à dominação do inconsciente, torna-se degradante na medida em que é a própria percepção humana que se reduz neste processo. Dessa forma, o que se possibilita alcançar, ou produzir com um microcomputador consiste em uma pergunta que se colocaria na esfera do trabalho. A necessidade que uma comunidade tem em “trabalhar” não implica que ela faça uma reflexão sobre si e veja quais são suas reais necessidades. A sobrevivência pelo labor denota uma despolitização do trabalho, um imediatismo no qual a

identificação do sujeito com um número ou “coisa” é bastante apropriada pela razão instrumentalista da tecnocracia imperante.

A hipótese que se refere ao enraizamento das políticas públicas na sociedade, além dos pontos discutidos na primeira hipótese, traz a questão da gestão dos projetos sociais nos quais os procedimentos administrativos deixam intocáveis as formas em que as instituições se apresentam, sem criar na verdade um espaço de ação alternativo. Delineia-se um universo pelo Centro Experimental Público no qual há uma intersecção do jovem que vai buscar seu primeiro emprego, o desempregado, e o que vai reciclar seu trabalho à procura de novas opções. Dessa maneira, lida-se com um aspecto de formação do jovem e das peculiaridades referentes à sua faixa etária predispondo-o ao futuro como trabalhador e cidadão; com o desempregado que traz uma série de vivências que vão desde a impossibilidade de reconhecimento como trabalhador, quanto a processos de degradação no trabalho e os sentimentos de impotência que isto acarreta; e com aquele que tenta mudar a sua expectativa de vida em relação trabalho que desempenha, buscando novas formas de realizá-lo.

Dentro deste círculo de relações, abre-se a possibilidade, pelas políticas públicas, da criação de um espaço de consciência que se pretende enraizar na comunidade local, potencializando as concepções políticas de ética e cidadania. Tal como na discussão sobre a primeira hipótese, a racionalidade escravista, inerente aos processos organizacionais, apresenta-se de forma imperante quando se trata do “fazer”. A participação política realizada pelas organizações sindicais de trabalhadores e patrões, bem como pelas associações de bairro e o Estado entre outros, deve produzir uma nova institucionalidade que propicie novos sentidos para uma ação política da comunidade em si. A simples demanda por cursos específicos e a sua realização, como foi o caso do *Suporte Técnico em Informática e Preparação para o Mundo do Trabalho Informatizado* e a passagem dos usuários pelo processo não garantem uma modificação quanto ao aspecto subjetivo.

As dificuldades inerentes a este processo de enraizamento são levantadas pela coordenadora do Centro Público Experimental, Vânia Gomes, ao se referir (anexo, pergunta 3) à própria concepção do que seja “público”. A relação entre governo, no caso a Secretaria de Relações de Trabalho, e entre os parceiros,

representados pelos empresários, sindicatos, etc., apresentam um cunho de cobrança dos segundos pelos primeiros, principalmente em relação aos aspectos financeiros e de localidade física. A gestão que deve se realizar por meio de um conselho que represente a comunidade se remete a um movimento destes mesmos parceiros em direção a “cobranças” do governo, o que segundo a coordenadora é representativo de um “vício”.

Para o técnico do Laboratório, Sérgio Bianchini (anexo, pergunta 4), as discussões que envolvem os parceiros se situam ainda em um nível técnico entre eles, não penetrando em um nível hierárquico em que se dão as relações de poder das organizações envolvidas. Afirma ainda que estas discussões possuem um clima amistoso, destacando-se a participação dos sindicatos de trabalhadores. No entanto, considera que nem o Estado e nem os sindicatos possuem uma cultura de divisão de papéis ao nível democrático, o que torna o Estado um agente efêmero, mudando a atuação, conforme muda o governante.

Os aspectos que envolvem tanto a inserção da comunidade, quanto a própria modificação da subjetividade exigem um acompanhamento com certa constância para que seja possível verificar os impactos causados pela ação do Centro Experimental. Assim, o trabalho com a subjetividade exige, por si só, a elaboração de conflitos e resistências, necessitando de uma vinculação com o indivíduo e o meio social. O próprio desenvolvimento da concepção de trabalho de Hannah Arendt exige uma inserção social na medida em que o trabalhador deve objetivar sua ação de forma conseqüente, o que implica reconhecer uma alteridade, ou seja, fazer um movimento que possa observar e avaliar seu próprio movimento. Esta descentralização somente é possível quando existam condições para que ela se realize, com tempo disponível para que haja este descentramento. Fornecer suporte a este processo de trabalho daria um sentido social comum de realização participativa.

Outro fator que aponta para o desenraizamento do Programa é o isolamento do trabalhador perante as situações difíceis, como foi demonstrado pela pesquisa em relação à pergunta número 11-A, ou então, a processos de degradação vividos pelos trabalhadores que inibem a função desejante, fundamental para sustentar o afastamento entre sujeito e objeto, ou melhor, de possibilitar uma nova relação e

criação constante entre meios e fins do processo de trabalho. Se não houver um espaço que garanta ou dê respaldo ao aprendizado deste, encarando como processo, perder-se-á o objetivo de proporcionar "sentido" ao usuário, o que fará prevalecer uma postura meramente assistencialista. A autonomia deste espaço pode ser também podada pelas próprias organizações da sociedade civil que hierarquizam a ação daqueles que estão implementando o Programa.

Neste sentido, o implementador do Programa Hugo Capucci Junior (anexo, pergunta 8) afirma a necessidade de existência de organismos locais, pois... "*Fica a mercê do que é decidido. Não se deve esperar as decisões dos órgãos governamentais...*" A aprovação de 100% dos usuários do Programa pesquisados quanto ao fato de o Governo do Estado ter tomado atitude coerente, criando o Programa (questão 14), converge com esta postura de expectativa e parece estar ainda muito distante de uma ação política do mesmo.

Um outro fator que contribui para o desenraizamento é a própria característica da Cidade de São Paulo que impede, por sua dinâmica, um acompanhamento da população usuária, como a dificuldade encontrada por nós em achar os trabalhadores que fizeram o curso de Construção Civil e Manutenção Predial; o desenvolvimento necessitaria de uma metodologia adequada, que por si já exigisse vinculação com os processos subjetivos que se desenvolvam dentro de uma esfera de participação do local em questão.

A percepção das dificuldades envolvidas no processo participativo pelos técnicos implementadores não possibilita que as instituições sigam o mesmo caminho, que pela falta de tradição participativa vai dificultar a compreensão e urgência do processo. Desta forma o *Programa Aprendendo a Aprender* fica à mercê de plataformas do Governo, confirmando nossa segunda hipótese referente ao desenraizamento das políticas públicas.

A hipótese relativa aos critérios avaliativos do Programa em obedecerem a uma lógica racionalista de mercado, possui, nos propósitos de "qualificação", o caráter ideológico individualista. O mercado de trabalho na Cidade de São Paulo, por se caracterizar como o de maior amplitude nacional, apresenta contrastes mais claros das contradições existentes entre a herança escravagista, voltada para um

grande mercado informal e a necessidade em se atender à atual reestruturação produtiva.

Desta forma, o mercado formal de trabalho se apresenta com maior intensidade, proporcionando maiores rendimentos do que os outros segmentos. O desemprego crescente e a reestruturação produtiva poupadora de mão-de-obra fazem com que os grandes e velhos problemas sociais, como a baixa renda e pouca instrução dos trabalhadores, encontrem-se com a denominada exclusão social implicando a precarização do trabalho, ou seja, rendimentos insuficientes para assegurar um projeto de vida do trabalhador. No aspecto da subjetividade, as novas formas de trabalho requeridas situam-se em um mercado hipercompetitivo, no qual há uma política de vencedor e vencidos, de acordo com a análise de Sennett. O cenário se apresenta semelhante à lógica da guerra, na qual o ideal de trabalhador qualificado, tal como o combatente, deve negar sua finitude e sensibilidade para se adaptar ao processo, no qual os vencidos são um parâmetro para a conduta.

Este cenário hipercompetitivo requer um processo de trabalho que, acompanhado por novas tecnologias, requer maior intensificação do trabalho, no qual a subjetividade, ao se adaptar a este processo deixa de lado referências éticas; nestas o “trabalho sujo” nas relações de trabalho é a regra que deve ser seguida. Tal como coloca Offe, a subjetividade é cada vez menos exigida pelo processo de modernização do capital, o que dispõe a subjetividade humana a saídas cada vez mais imediatas, sem que conseqüências fundamentais para o projeto de vida sejam consideradas. Estas referem-se aos vínculos necessários para a garantia mesma de um projeto de vida, sem o que o trabalhador fica predisposto às pulsões destrutivas, cuja dinâmica se apresenta na forma de desistência de procura, ou na suspensão da atenção focal analisada por Sennet.

A reeducação para o trabalho, ao compreender exclusivamente a lógica binária emprego-desemprego, não abrange um universo maior que é o da cidadania. Retomando a concepção de trabalho de Hannah Arendt, na qual os processos básicos do ser humano são potencializados, tais como os aspectos motivacionais e o descentramento cognitivo em relação aos propósitos do trabalho, pode-se concluir que este movimento exige um acompanhamento contínuo para sua solidificação, bem como vai depender de condições existentes para sua realização. Neste sentido,

os efeitos produzidos pelo Centro Experimental tendem a perder efeito na medida em que a realidade se apresenta de maneira muito adversa, o que inibe ou aborta as possibilidades de aprendizado. Desta forma, a questão do emprego-desemprego permanece como única possibilidade para o usuário das políticas públicas.

A aceitação por parte dos usuários do Centro Experimental referente à questão 14, na qual 100% dos usuários acharam que o Governo do Estado tomou atitude coerente em criar o *Programa Aprendendo a Aprender*, além de 61,5% que responderem na questão 12 se o Programa ajudou a arrumar emprego, poderia contradizer a hipótese; porém, a questão é eminentemente qualitativa, ou seja, não houve por parte do Centro Público um trabalho de acompanhamento longitudinal que permitisse uma visualização dos desdobramentos da vida do usuário, que teria também, como propósito básico, a ampliação da experiência de vida dentro dos princípios de ética e cidadania. Neste sentido, o implementador Sergio Augusto Bianchini (anexo, pergunta 8) fornece a seguinte resposta no que se refere às dimensões de ética e cidadania como fazendo parte dos aspectos motivacionais básicos: "*a questão da cidadania vem no sentido do envolvimento com a produção e o cliente. Que a pessoa discuta, seja crítica. É mais um ser humano do que um robô. É importante porque ao mesmo tempo que acontece na empresa deve ocorrer na sociedade. Há uma relação entre a ação na sociedade e na empresa*". Para o implementador Hugo Capucci Junior, este ponto de vista, no qual o desenvolvimento das concepções de ética e cidadania poderia ser comprovado, pode ser complementado da seguinte forma: "*não existe uma metodologia de acompanhamento do produto no Programa. Percebe-se que alguma influência está sendo exercida, mas não se tem o controle*" (anexo, pergunta 6).

Estes dados demonstram que a falta de um acompanhamento qualitativo dos efeitos que o *Programa* realiza nos usuários impede uma visão e adoção de medidas que pudessem acompanhar o processo, o que leva a uma quebra de vínculos entre o usuário e a ação do Programa, deixando o primeiro isolado em relação ao mercado. Tais elementos confirmam a nossa terceira hipótese de que os critérios avaliativos, quando adotados, seguem uma forma lógica racionalista de mercado na qual o individualismo é um de seus componentes essenciais.

A hipótese que é subsequente à esta última e relativa ao sofrimento psíquico e ao processo de exclusão social, é fundamental no sentido de garantir que o trabalhador possa manter sua estima em nível propício para que possa desenvolver seu aprendizado, bem como para dimensionar o mercado de trabalho e as necessidades sociais. A relação no mercado de trabalho contém fortes elementos de discriminação racial, que se referem aos negros enquanto fazendo parte da herança colonial, às mulheres que sofrem o impacto do machismo nas relações de produção, ao corporativismo das associações e sindicatos, bem como, de forma atual, em ser “qualificado” ou não. A fragilização do indivíduo perante a ausência, ou insuficiência de renda, o predispõe ainda mais aos efeitos destas relações discriminatórias do mercado de trabalho, proporcionando que este desenvolva uma auto-referência como “vencido”.

O fato de que o Centro Experimental não interfere o suficiente para evitar o sofrimento psíquico, mantendo o usuário sob o processo de exclusão social pode ser confirmado pelos seguintes itens: a) o contrato de trabalho precarizado, insuficiente para a manutenção de uma renda familiar que permita a autonomia do indivíduo, pode ser encontrado nas questões 2 e 3 nas quais os usuários responderam que antes de realizarem o Programa, 100% residiam com os pais, sendo que os mesmos 100% permaneciam residindo com a família na ocasião da pesquisa. A questão número 13 nas quais os usuários desempregados responderam (80 %) que o Programa preparou o suficiente, mas não há emprego no mercado demonstra, como na terceira hipótese, que o não acompanhamento do indivíduo usuário colabora para mantê-lo sob o processo de exclusão. No item sobre a recorrência ao período de dificuldades no qual 85% responderam que passaram por momentos de dificuldades em relação ao mercado de trabalho e, dentre eles, 69% recorreram à família e 23% às amigas para ter suporte emocional, apenas 8% (n = 1) recorreram a profissionais da área de saúde, demonstra também a falta de informação ou ação do centro experimental que deveria estender-se para estes fatores de proteção social. Este fator ganha maior importância ao se considerar que a violência em primeiro, seguida do item desemprego, em segundo, estão entre os dois itens considerados pelos usuários como de maior problema para a atual situação de vida. Para o implementador Hugo Capucci, *"A dimensão de ética e cidadania está muito ligada à preocupação que você tem com a busca de informação e o acesso a ela"*(anexo,

pergunta 8). Para o implementador Sérgio Bianchini: "*Os impactos na nossa população usuária tem sido muito pequenos frente aos grandes problemas que temos. Têm sido muito tímidos frente ao tamanho de nossos problemas. É preciso um esforço mais intenso por parte do Programa. Abrir o leque de cursos para utilizar mais uma forma sistêmica. Disseminar mais a formação profissional. O experimental tinha que se expandir para uma forma massiva*" (anexo, pergunta 9).

No plano geral, deve-se considerar que a inclusão da subjetividade no que consiste à "produção de sentidos" apresenta uma face fundamental que é a visão de processo. Na pouca experiência do país com os projetos de políticas públicas que se deparam com as enormes dificuldades herdadas há séculos, é importante ter critérios de avaliação que não se submetam aos dados meramente quantitativos que não revelam, por exemplo, novas possibilidades e formas de trabalho, bem como avanços significativos no campo da cidadania e democracia. As formas meramente quantitativas que podem se apresentar como número de capacitados, qualificados, ou então de trabalhadores que passaram pelo Centro Experimental não implicam enraizamento na comunidade e no desenvolvimento de metodologias para serem experimentadas por outras regiões do Estado e do país. Os esforços realizados neste sentido podem ser simplesmente desfeitos por ocasião de mudanças de governo, ou então por cortes orçamentários, sem qualquer consulta, ou reação da comunidade local.

Este ponto é fundamental na medida em que o *Programa Aprendendo a Aprender* abre novos espaços para a ampliação da questão do trabalho vinculada ao desenvolvimento social, integrando uma sociedade sob princípios de participação democrática e realização profissional. A vinculação do Programa com organizações internacionais como a OIT e países de longa experiência neste tipo de projeto, como o Canadá, além da troca de informações com países da Europa, fornecem o sentido de seriedade, no qual a postura crítica e amadurecida pela experiência paulistana e brasileira de seus implementadores, são fatores cruciais. É de suma importância que estes mesmos técnicos implementadores se mantenham com autonomia crescente, para que, a partir de seu amadurecimento, possam ser agentes multiplicadores, dando "sentido" à existência destas mesmas políticas públicas que vão sendo implantadas no país.